

**AVM Faculdade Integrada**  
**Pós-Graduação em Complementação ao Curso de Carreiras**  
**Jurídicas**  
**RAPHAEL LOURENÇO DA SILVA**

**O INSTITUTO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL COMO**  
**REQUISITO PARA A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA**  
**POR INVALIDEZ**

**Brasília, DF**  
**2016**

**AVM Faculdade Integrada**  
**Pós-Graduação em Complementação ao Curso de Carreiras**  
**Jurídicas**  
**RAPHAEL LOURENÇO DA SILVA**

**O INSTITUTO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL COMO  
REQUISITO PARA A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA  
POR INVALIDEZ**

*Pesquisa apresentada à Faculdade  
AVM como parte integrante do conjunto  
de tarefas avaliativas da disciplina  
Trabalho de Conclusão de Curso.*

*Orientadora: Conceição Rejane Miranda  
da Cruz*

**Brasília, DF**  
**2016**

**AVM Faculdade Integrada**  
**Pós-Graduação em Complementação ao Curso de Carreiras**  
**Jurídicas**  
**RAPHAEL LOURENÇO DA SILVA**

Pesquisa julgada e aprovada:

Nome da Orientadora: Profa. Conceição Rejane Miranda da Cruz

Local e ano de entrega: \_\_\_\_\_

**Brasília, DF**  
**2016**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida esposa e às minhas filhas (princesas) Maria Eduarda e Catarina.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela presença constante em minha vida, renovando-me as forças e entusiasmo para continuar a árdua caminhada. Aos meus pais, sábios conselheiros; aos meus queridos irmãos pelo convívio e em especial à minha esposa, companheira de todas as horas, por ter gerado as pessoas mais importantes deste mundo: Maria Eduarda e Catarina, minhas filhas.

## **RESUMO**

Por meio do método de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, a presente pesquisa buscou demonstrar se a reabilitação profissional é um requisito para a aposentadoria por invalidez, ou se tal pressuposto pode ser mitigado levando-se em consideração as condições subjetivas da pessoa a ser amparada por medida protetiva tão extrema: a aposentadoria por invalidez. E para chegarmos a tal conclusão, é necessário que conheçamos aquilo que cerca o destinatário da referida proteção: o trabalhador. Para isso, trouxemos o conceito, legal e doutrinário, de meio ambiente de uma forma geral (natural, artificial e cultural) e, em especial, o conceito de meio ambiente do trabalho, a proteção especial dada a ele pela Constituição Federal e os principais princípios ambientais que norteiam sua proteção, tais como os princípios da prevenção e da dignidade do trabalhador, como forma de redução dos riscos inerentes à atividade laborativa. Trouxemos, também, o conceito de acidente de trabalho, que se dá em quase a sua totalidade por distúrbios no meio ambiente de trabalho, como se dá a sua caracterização e todas as suas consequências para o trabalhador, além da evolução da legislação acidentária brasileira. Falamos, ainda, dos direitos previdenciários decorrentes do acidente de trabalho, em especial da aposentadoria por invalidez e da reabilitação profissional. Por fim, mencionamos o conceito da aposentadoria por invalidez, bem como sua natureza jurídica e seus requisitos, dando ênfase na questão da reabilitação profissional. Nesse ponto, trouxemos a visão legal e também a visão jurisprudencial a respeito da problemática central deste trabalho, ficando demonstrado que, apesar de a reabilitação profissional constituir um requisito legal para a concessão da aposentadoria por invalidez, este pode ser mitigado em função das condições pessoais do trabalhador que da aposentadoria se socorre.

## **PALAVRAS CHAVE**

Meio ambiente do trabalho. Acidente do trabalho. Reabilitação profissional. Aposentadoria por invalidez

## **ABSTRACT**

Through the method of literature research and case law, the present research sought to demonstrate if professional rehabilitation is a requirement for disability retirement, or whether such a presupposition can be mitigated taking into consideration the subjective conditions of the person to be covered by measure Protection so extreme: disability retirement. And to arrive at such a conclusion, it is necessary that we know what surrounds the recipient of the said protection: the worker. To this end, we have brought the legal and doctrinal concept of the environment in a general way (natural, artificial and cultural), and especially the concept of the work environment, the special protection given to it by the Federal Constitution and the main Environmental principles that guide its protection, such as the principles of prevention and worker's dignity, as a way of reducing the risks inherent in the work activity. We have also brought the concept of an occupational accident, which occurs almost in its entirety due to disturbances in the work environment, how its characterization and all its consequences for the worker, as well as the evolution of the Brazilian accident law. We also talk about the social security rights resulting from the accident at work, especially disability retirement and professional rehabilitation. Finally, we mention the concept of disability retirement, as well as its legal nature and requirements, with emphasis on the issue of professional rehabilitation. At this point, we have brought the legal vision as well as the jurisprudential view on the central problem of this work, showing that, although professional rehabilitation is a legal requirement for the granting of disability retirement, it can be mitigated according to personal conditions Of the worker who retires.

## **KEY WORDS**

Work environment. Work accident. Professional rehabilitation. By disability retirement.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO .....</b>	<b>4</b>
1.1. Conceito de meio ambiente.....	4
1.1.1. <i>Meio ambiente natural</i> .....	8
1.1.2. <i>Meio ambiente artificial</i> .....	9
1.1.3. <i>Meio ambiente cultural</i> .....	10
1.1.4. <i>Meio ambiente do trabalho</i> .....	10
1.2. Proteção constitucional ao meio ambiente de trabalho.....	12
1.3. Redução dos riscos inerentes ao trabalho.....	14
1.3.1. <i>Princípio da Prevenção</i> .....	18
1.3.2. <i>Princípio da dignidade do trabalhador</i> .....	21
<b>2 ACIDENTE DO TRABALHO .....</b>	<b>26</b>
2.1 Conceito.....	26
2.2 Evolução da legislação acidentária brasileira .....	31
2.3 Caracterização do acidente do trabalho .....	41
2.4 Direitos previdenciários dos trabalhadores acidentados: aposentadoria por invalidez e reabilitação profissional.....	45
2.4.1 <i>Aposentadoria por invalidez</i> .....	45
2.4.2 <i>Reabilitação profissional</i> .....	50
<b>3 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ .....</b>	<b>53</b>
3.1 Conceito.....	53
3.2 Natureza jurídica .....	54
3.3 Requisitos da aposentadoria por invalidez .....	56
3.4 A problemática da reabilitação profissional .....	57
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>



## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade verificar, dentro da legislação pátria, se de fato o instituto da reabilitação profissional é um requisito para a concessão da aposentadoria por invalidez.

Porém, para que possamos compreender a especificidade do tema abordado faz-se mister que compreendamos aquilo que direta ou indiretamente contribui para que o trabalhador venha a ser socorrido por medida protetiva tão extrema, como é a aposentadoria por invalidez.

O homem passa a maior parte de sua vida produtiva inserido em seu ambiente de trabalho. Por essa razão, ao longo dos tempos (e principalmente a partir da Revolução Industrial), as legislações têm se preocupado em garantir-lhes condições dignas de trabalho, visando assim a qualidade de vida a que todos almejam. Tal preocupação materializou-se, por exemplo, quando da limitação da jornada de trabalho, proibição de trabalhos insalubres para crianças e mulheres, férias e outras medidas de cunho protetivo.

No Brasil, a proteção à saúde dos trabalhadores alcançou nível constitucional, com a Constituição Federal de 1988 que elencou direitos do trabalhador, ampliando-os.

O conteúdo desta pesquisa é de relevância social, pois até o momento da aposentadoria por invalidez a problemática da reabilitação profissional perfaz um longo caminho, passando pelo ambiente do trabalho inadequado, que deflagra prejuízos tanto a

empregadores quanto a empregados e Estado; pelas consequências mais imediatas desta inadequação, isto é, o acidente do trabalho; chegando finalmente à questão central: a dificuldade encontrada pelos obreiros em conseguir administrativa ou judicialmente o benefício da aposentadoria por invalidez pela divergência de entendimentos em relação à legislação de regência.

Isso por que o entendimento do órgão previdenciário responsável pelas concessões, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, baseia-se na literalidade do art. 42 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991<sup>1</sup>, sendo para ele, portanto, um processo obrigatório.

E mesmo judicialmente o entendimento dos magistrados é bastante díspare, tanto no sentido de ser a reabilitação profissional um requisito para a aposentadoria por invalidez, quanto no sentido contrário.

No âmbito acadêmico, o tema também possui relevância na medida em que propõe uma discussão jurídica a respeito de um instituto de natureza social e previdenciária.

Responder-se-a à seguinte problemática: à luz do art. 42 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, o processo de reabilitação profissional constitui-se num requisito para a concessão da aposentadoria por invalidez? Em sendo, sua concessão sem a

---

<sup>1</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08. Art. 42: “A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.”

submissão do segurado ao devido processo de reabilitação profissional configura ilegalidade?

Por meio do método de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, buscar-se-á conceituar o meio ambiente do trabalho, identificando as condições em que a saúde do trabalhador é colocada em risco; e a forma de combate dessas agressões à saúde do trabalhador; bem como examinar os requisitos da aposentadoria por invalidez e suas consequências jurídicas.

Assim, o primeiro capítulo abordará o conceito de meio ambiente, inserido aí o do trabalho, a proteção conferida a ele pela Constituição Federal de 1988, aquilo que pode ser feito para minimizar os riscos inerentes ao trabalho e princípios relacionados ao tema em voga.

No segundo capítulo será abordado o conceito de acidente do trabalho e em que condições ele ocorre, bem como os direitos previdenciários dele decorrentes.

Por fim, no terceiro capítulo será traçado um panorama a respeito da aposentadoria por invalidez, isto é, seu conceito, natureza jurídica e requisitos. Nesse ponto a ênfase é na problemática da reabilitação profissional.

A técnica utilizada na pesquisa com vistas a responder a problemática será: levantamento bibliográfico, abordagem de textos legislativos, análises de textos doutrinários e jurisprudências, demonstrando, dessa forma, o entendimento doutrinário, a interpretação das leis e normas relacionadas ao tema.

# 1 O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

## 1.1. Conceito de meio ambiente

De acordo com José Afonso da Silva trata-se de uma coletividade de elementos naturais e culturais, que quando em interação constitui e condiciona o meio em que vivemos; o meio ambiente é, assim, a interdependência desses elementos que favorecem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente compreensiva dos recursos naturais e culturais.<sup>2</sup> Para ele, o meio ambiente possui quatro diferentes dimensões: natural, artificial, cultural e do trabalho. Assim:

I – meio ambiente artificial, constituído pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral: espaço urbano aberto); II – meio ambiente cultural, integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que, embora artificial, em regra, como obra do homem, difere do anterior (que também é cultural) pelo sentido de valor especial que adquiriu ou se impregnou; III – meio ambiente natural, ou físico, constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora, enfim, pela interação dos seres vivos e seu meio, onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o ambiente físico que ocupam.<sup>3</sup>

É fato que o termo meio ambiente possui diversas acepções, porém isso não lhe retira a característica de ser unitário e sua classificação se dar por questões meramente didáticas. Nesse sentido se pronunciou Júlio César de Sá da Rocha ao

---

<sup>2</sup> SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional ambiental**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 20.

<sup>3</sup> SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional ambiental**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 21.

afirmar que o “meio ambiente é unitário e sua classificação atende a um escopo meramente didático.”<sup>4</sup>

O art. 3º, inciso I, da Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, nos dá o conceito legal do que venha a ser o meio ambiente, à luz da legislação infraconstitucional.<sup>5</sup>

Tendo em vista o referido conceito e o estabelecimento de uma nova ordem, com o advento da Constituição Federal de 15 de outubro 1988, é possível constatar a recepção do disposto na lei e, de certa forma, até o seu alargamento, haja vista a preocupação em tutelar não só o meio ambiente natural, mas também o meio ambiente artificial, o cultural e o do trabalho. Tal constatação se deve ao fato de o texto constitucional, em seu art. 225, referir-se à expressão sadia qualidade de vida. Isso nos remete a tudo o que possa contribuir para o nosso bem estar.

De acordo com José Afonso da Silva o que:

o direito visa proteger é a qualidade do meio ambiente em função da qualidade de vida. Pode-se dizer que há dois objetos de tutela, no caso: um imediato, que é a qualidade do meio ambiente, e outro, mediato, que é a saúde, o bem-estar e a segurança da população, que se vêm sintetizando na expressão qualidade de vida.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> ROCHA, Júlio César de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente de trabalho**: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997. p. 25.

<sup>5</sup> BRASIL, Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU de 02/09/1981, p. 16509. Art. 3º: “Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I – meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

<sup>6</sup> SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional ambiental**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 85.

Destarte, não há dúvidas quanto a amplitude de significação dada pelo legislador ao termo meio ambiente, criando um campo maior de incidência da norma, abarcando mais casos do que poderia prever. Esse entendimento é comungado por Celso Antônio Pacheco Fiorillo quando este afirma tratar-se de “um conceito jurídico indeterminado, cabendo, dessa forma, ao intérprete o preenchimento do seu conteúdo.”<sup>7</sup>

De acordo com Celso Antônio Pacheco Fiorillo e Marcelo Abelha Rodrigues, “com relação ao art. 225 da CF, podemos dizer que a palavra ali empregada não teve apenas o condão de referir-se ao seu aspecto de justiça, mas ao revés, foi além, no sentido de considerar o objeto ali compreendido (meio ambiente) como um bem jurídico”.<sup>8</sup> Ainda de acordo com os referidos autores, existem:

quatro concepções fundamentais no âmbito do direito ambiental: a) de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; b) de que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado diz respeito à existência de um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, criando em nosso ordenamento o *bem ambiental*; c) de que a Carta Maior determina tanto ao Poder Público como à coletividade o dever de defender o bem ambiental, assim como o dever de preservá-lo; d) de que a defesa e a preservação do bem ambiental estão vinculadas não só às presentes como também às futuras gerações.<sup>9</sup> [grifos do autor]

Assim, deduzimos a existência de um bem ambiental. Érika Bechara o define como sendo “todo interesse ambiental cuja proteção é prevista e assegurada pela lei.”<sup>10</sup> Nesse sentido, relata Júlio César de Sá da Rocha que a:

<sup>7</sup> FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16 ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015, p. 61.

<sup>8</sup> FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; ABELHA, Marcelo Rodrigues. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**, São Paulo: Max Limonad, 1997, p.78.

<sup>9</sup> FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2004, p.15.

<sup>10</sup> BECHARA, Érika. **A proteção da fauna sob a ótica constitucional**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1998, p.31.

Constituição Federal conferiu proteção ao meio ambiente natural de forma mediata nos arts. 225, caput, §§ 1º, IV e VI, 3º, 23, VI, e 24, VIII, e, de forma imediata, através de inúmeros dispositivos, entre os quais os arts. 225, §§ 1º, I e VII, 2º e § 4º, 23, VII, e 24, VI.<sup>11</sup>

É importante salientar que mesmo antes da sua vigência o bem ambiental já era protegido e tutelado, conforme defendido por José Carlos Barbosa Moreira, por conta do procedimento contido na Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965<sup>12</sup>, através do alargamento do conceito de patrimônio público, atendendo ao preceito constitucional que “permitiu, portanto, o preenchimento deste conceito jurídico indeterminado – bem de uso comum do povo – pela legislação infraconstitucional.”<sup>13</sup>

Por fim, assim se manifestou Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

A Constituição Federal de 1988 consagrou de forma nova e importante a existência de um bem que não possui características de bem público e, muito menos, privado, voltado à realidade do século XXI, das sociedades de massa, caracterizada por um crescimento desordenado e brutal avanço tecnológico. Diante desse quadro, a nossa Carta Magna estruturou uma composição para a tutela dos valores ambientais, reconhecendo-lhes características próprias, desvinculados do instituto da posse e da propriedade, consagrando uma nova concepção ligada a direitos que muitas vezes transcendem o próprio critério das nações: os chamados direitos difusos.<sup>14</sup>

Aliás, o artigo 81 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, traz em seu bojo o conceito legal do que venha a ser direito difuso, ou seja, aqueles direitos que são transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas

<sup>11</sup> ROCHA, Júlio César de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente de trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica**. São Paulo: LTr, 1997. p. 26.

<sup>12</sup> BRASIL, Lei n. 4.717, de junho de 1965. Dispõe sobre a Lei da Ação Popular. DOU de 05/07/1965, p. 6241.

<sup>13</sup> PADILHA, Norma Sueli. **Do meio ambiente de trabalho equilibrado**. São Paulo: LTr, 2002, p. 31.

<sup>14</sup> FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16 ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015, p. 47.

indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato<sup>15</sup>. Neste referencial, podemos afirmar que o meio ambiente constitui um direito difuso, existente em nosso ordenamento jurídico.

### *1.1.1. Meio ambiente natural*

Compreende toda a natureza como a conhecemos, ou seja, o ar, o solo, as águas, florestas, fauna e flora. Júlio César de Sá da Rocha afirma que o meio ambiente natural “pode ser entendido como aquele constituído pelo solo, pela água, pelo ar atmosférico, pela fauna e pela flora. Podemos falar, portanto, de recursos naturais, bens ambientais naturais ou ecológicos, assim como de sistema de elementos bióticos e abióticos.”<sup>16</sup>

É no *caput* do art. 225 da Constituição Federal que vislumbramos a proteção mediata conferida ao meio ambiente natural, pois o referido artigo garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo ele essencial à sadia qualidade de vida. Também imputa ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No § 1º e incisos I e VII do mesmo artigo, encontramos a sua proteção imediata ao verificarmos que cabe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

---

<sup>15</sup> BRASIL, Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. DOU de 12/11/1990, p. 01. Retificado no DOU de 10/01/2007, p. 01. Art. 81, parágrafo único, inciso I.

<sup>16</sup> ROCHA, Júlio César de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente de trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica**. São Paulo: LTr, 1997, p. 25.



Da mesma forma, a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 também dá proteção imediata ao dispor no art. 4º, inciso VI, que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

### 1.1.2. Meio ambiente artificial

Segundo José Afonso da Silva, o seu conceito é aquele:

constituído pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (*espaço urbano fechado*) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, espaços verdes, espaços livres em geral: *espaço urbano aberto*).<sup>17</sup> [grifos do autor]

Analisado isoladamente, a referida conceituação nos remeteria apenas às cidades. Porém, o termo utilizado não tem o condão de excluir o espaço rural, “porquanto qualifica algo que se refere a *todos os espaços habitáveis*.”<sup>18</sup> [grifos do autor]

Constitucionalmente recebeu tratamento não só no art. 225:

mas também nos art. 182, ao iniciar o capítulo referente à política urbana; 21, XX, que prevê a competência da União Federal de instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbanos; 5º, XXIII, entre outros.<sup>19</sup>

Vale ressaltar, ainda, que ele recebeu também tratamento infraconstitucional através da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamentou os

<sup>17</sup> SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional ambiental**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 21.

<sup>18</sup> FIRIOLLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16 ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015, p. 66.

<sup>19</sup> FIRIOLLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16 ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015, p. 66.

arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabeleceu diretrizes gerais da política urbana, além de outras providências.

### *1.1.3. Meio ambiente cultural*

Como o próprio nome sugere, está ligado às raízes de um determinado povo, à sua identidade, à sua cultura. José Afonso da Silva afirma que ele é:

integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que, embora artificial, em regra, como obra do homem, difere do anterior (que também é cultural) pelo sentido de valor especial que adquiriu ou de que se impregnou.<sup>20</sup>

Já Celso Antônio Pacheco Fiorillo e Marcelo Abelha entendem que o patrimônio cultural “traduz a história de um povo, a sua formação, cultura e portanto os próprios elementos identificadores de sua cidadania (que é princípio fundamental da República).”<sup>21</sup>

### *1.1.4. Meio ambiente do trabalho*

Certamente, quando a Constituição Federal de 1988 se refere, em seu art. 225, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, está se referindo aos mais variados aspectos do meio ambiente, e ao preceituar que o homem para encontrar uma sadia qualidade de vida precisa viver nesse ambiente ecologicamente equilibrado, determinou a obrigatoriedade de proteção do ambiente no qual o homem, normalmente, passa a maior parte de sua vida produtiva, qual seja, o do trabalho.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional ambiental**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 21.

<sup>21</sup> FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; ABELHA, Marcelo Rodrigues. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997, p.57.

<sup>22</sup> PADILHA, Norma Sueli. **Do meio ambiente de trabalho equilibrado**. São Paulo: LTr, 2002, p. 32

Por esse motivo é que ele deve ser considerado como pertencente ao regime sistemático do Direito Ambiental, principalmente, pelo fato da relevância da matéria e pela proteção a ele dispensada pela Constituição Federal e legislação infraconstitucional, notadamente pela Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31.8.81).<sup>23</sup>

Para Sebastião Geraldo de Oliveira:

O meio ambiente do trabalho está inserido no meio ambiente geral (art. 200, VIII, da Constituição da República), de modo que é impossível alcançar qualidade de vida sem ter qualidade de trabalho, nem se pode atingir meio ambiente equilibrado e sustentável ignorando o meio ambiente do trabalho.<sup>24</sup>

Assevera José Afonso da Silva que o:

meio ambiente do trabalho corresponde ao complexo de bens imóveis e móveis de uma empresa e de uma sociedade, objeto de direitos subjetivos privados, e de direitos invioláveis da saúde e da integridade física dos trabalhadores que o freqüentam.<sup>25</sup>

Amauri Mascaro Nascimento assegura que ele consiste no:

complexo máquina-trabalho: as edificações do estabelecimento, equipamentos de proteção individual, iluminação, conforto térmico, instalações elétricas, condições de salubridade ou insalubridade, de periculosidade ou não, meios de prevenção à fadiga, outras medidas de proteção ao trabalhador, jornadas de trabalho e horas extras, intervalos,

---

<sup>23</sup> PADILHA, Norma Sueli. **Do meio ambiente de trabalho equilibrado**. São Paulo: LTr, 2002, p.32

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 5 ed., São Paulo: LTr, 2010, p.118.

<sup>25</sup> *Franco Giampietro*, "La responsabilità per Danno all'Ambiente", Milão, Giuffrè, 1988, apud *José Afonso da Silva*, Direito ambiental constitucional, p. 24.

descansos, férias, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais que formam o conjunto de condições de trabalho, etc.<sup>26</sup>

Segundo Júlio César de Sá da Rocha, ele consiste no local onde se desenvolvem as atividades de trabalho humano, não se limitando ao espaço físico da empresa, mas abrangendo inclusive a própria casa do empregado, o espaço urbano.<sup>27</sup>

O TRT da 8ª Região, julgando o RO nº 5309/2002, sob a relatoria do Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro, dispôs que ele abrange também a higidez no habitat laboral, que deve estar livre de ameaças à saúde e à segurança dos trabalhadores.<sup>28</sup>

Dessa forma, a partir do momento em que o local de trabalho não é apto a resguardar condições mínimas de higiene e segurança para o trabalhador, configurada estará uma lesão ao meio ambiente do trabalho.

A disciplina normativa a respeito do tema está contida de forma “mediata no art. 225, *caput*, IV, VI e § 3º, e imediata no art. 200, VIII, além de em outros dispositivos legais.”<sup>29</sup> Podemos incluir, também, o inciso V do mesmo artigo, uma vez que ele define o conceito de trabalho e tutela o seu meio ambiente.

## 1.2. Proteção constitucional ao meio ambiente de trabalho

Com o advento da Revolução Industrial surgiram, dentro das relações de trabalho, interesses bastante divergentes. De um lado estavam os detentores do capital

<sup>26</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. “A defesa processual do meio ambiente do trabalho”, in Revista LTr, p. 63/584.

<sup>27</sup> ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente do trabalho**: dano, prevenção e proteção jurídica, p.30.

<sup>28</sup> TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. 1ª Turma. RO nº 5309/2002. Ementa [...] Relator: Luis José de Jesus Ribeiro. Belém, PA, 17 dez. 2002.

<sup>29</sup> ROCHA, Júlio César de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente de trabalho**: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997, p. 27.

que desejavam uma maior produção, em um menor tempo e com o menor custo possível, sem se importarem com as condições oferecidas aos seus subordinados para o desempenho de suas tarefas. Nesse contexto, inseriam-se homens, mulheres, crianças e idosos, sendo que todos eram tratados da mesma forma. De outro lado estavam os trabalhadores que almejavam melhores condições de trabalho, melhores salários e respeito à condição pessoal de cada um, ou seja, que uma criança não fosse colocada para exercer o mesmo labor que um adulto.<sup>30</sup>

Conforme o tempo foi passando os dois lados organizaram-se de forma a alcançarem seus objetivos. Nessa guerra de interesses surgiu a necessidade de uma maior presença do Estado, principalmente depois das duas grandes guerras quando surgiu o estado do bem estar social. Houve também uma certa influência da Igreja. Nessa nova configuração, os Estados começaram a regulamentar as relações de trabalho de forma a proporcionar, principalmente aos trabalhadores, melhores condições de vida, de forma geral, e em especial em seus ambientes de trabalho, elaborando leis trabalhistas e previdenciárias que amparassem os trabalhadores das mais variadas formas.

Sob a influência desse estado de bem estar social, o constituinte originário achou por bem erigir os direitos trabalhistas à condição de direitos fundamentais, retirando-os da Ordem Econômica, incluindo também o meio ambiente do trabalho.

---

<sup>30</sup> Segundo A. F. Cesarino Júnior o melhor conceito de **questão social** é aquele proferido por Victor Cathrein, segundo o qual se entende a questão de como se possa obter remédio para os males e perigos gravíssimos pelos quais a sociedade é afligida hoje entre os povos civilizados e especialmente de como restabelecer estavelmente a paz entre ricos e os pobres e entre os capitalistas (aos quais pertencem também os possuidores de latifúndios) e os operários ou proletários (CESARIANO JR., Antônio Ferreira, **Direito Social: teoria geral do direito social, direito contratual do trabalho, direito protecionista do trabalho**. 2 ed., São Paulo: LTr, 1993, p. 60).

Sobre este assunto assim se pronunciou Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

O poder constituinte originário elevou à categoria de direito fundamental, e, portanto, de cláusula pétrea, a proteção à saúde do trabalhador bem como de todo e qualquer destinatário das normas constitucionais. Na verdade, a regulamentação é feita em dois patamares: a proteção imediata (art. 200, VII) e a mediata (art. 225, *caput*, IV, VI e § 3º). Não há de se perder de vista que os arts. 5º e 7º, em diversas passagens, indicam a proteção ao meio ambiente. Por derradeiro, esse direito encontra grande respaldo dentre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme preceitua o art. 1º, III, da Constituição Federal, o princípio fundamental da *dignidade da pessoa humana*.<sup>31</sup> [grifos do autor]

De fato, ao verificarmos o que preceitua o art. 200, VII, da CF/88 constatamos sua clareza, quanto à proteção conferida ao meio ambiente do trabalho, assim como o art. 7º, incisos XXII e XXIII, da CF/88, quanto aos direitos dos trabalhadores em ver seu local de trabalho protegido.<sup>32</sup>

### 1.3. Redução dos riscos inerentes ao trabalho

A industrialização gerou um grande conflito de interesses, pois ao mesmo tempo em que alavancou o progresso e a economia dos Estados, provocou grandes prejuízos à saúde dos trabalhadores, uma vez que não havia a preocupação com a adequação dos ambientes laborais ou mesmo com maneiras de proteger esses trabalhadores, que eram submetidos a trabalhos penosos, perigosos e extensas jornadas de trabalho. Tudo isso, fez nascer uma multidão de trabalhadores – homens, mulheres e até crianças – acidentados, mutilados, doentes. Assim, os elevados índices de acidentes, juntamente com a organização dos trabalhadores em sindicatos e associações, forçou os

---

<sup>31</sup> FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16 ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015, p. 710.

<sup>32</sup> Esses artigos são apenas exemplos da preocupação com que tratou o tema o nosso constituinte originário.

políticos e governantes a introduzirem no ordenamento jurídico desses Estados uma série de normas com vistas à proteção desses trabalhadores e seus locais de trabalho.

Dessa forma, as respostas às agressões à saúde do trabalhador – trabalho noturno, insalubre, perigos, penoso, extraordinário, etc. – são dadas pela legislação, exteriorizando-se em normas que visam garantir a integridade física e mental dos trabalhadores. Porém, para que se possa dosar a intensidade da norma é necessário conhecer a extensão dos danos causados pelo agente agressor, sob pena de malferimento ao princípio constitucional da proporcionalidade.

A tutela legal se faz da seguinte forma: Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988; Lei de Política Nacional do Meio Ambiente – Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 –; Lei Orgânica da Saúde – Lei n. 8.080, 19 de setembro de 1990 –; Legislação Previdenciária de Custeio e Benefício – Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991 e 8.213, de 24 de julho de 1991 –; CLT – Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 –; e as Normas Regulamentadoras, instituídas por Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego.

Assim temos que o:

empresário necessita da mão-de-obra para acionar as atividades operacionais do seu empreendimento e, para isso, contrata a prestação dos serviços. Por outro lado, o trabalhador, para garantir sua sobrevivência, busca a remuneração, colocando à disposição daquele a sua força de trabalho. Todavia, entre o fornecimento da mão-de-obra e o pagamento do salário correspondente intervêm, inevitavelmente, a pessoa física do trabalhador.

Não se pode separar a força de trabalho da pessoa do trabalhador, tanto que um dos pressupostos para a caracterização da relação de emprego é exatamente a pessoalidade. Logo, aquele que contrata o trabalho tem o dever de preservar a integridade do trabalhador no mais

amplo sentido, ou seja, o seu completo bem-estar físico, mental e social.<sup>33</sup>

O obreiro, em seu local de trabalho, está sujeito a diversos fatores de agressões como agentes físicos, químicos e/ou biológicos, trabalho noturno, jornada extraordinária, etc. Assim, a presença de um ou mais agentes agressores pode refletir na vida do trabalhador de diversas maneiras como, por exemplo, estresse, fadiga, insatisfação, depressão, acidentes de trabalho e por vezes morte. Por isso, é essencial que se tenha em mente a busca por melhorias – ou quiçá anulação – dos riscos inerentes ao trabalho.

Não obstante o legislador tente amenizar os impactos dos agentes agressores, o critério adotado por ele é o da monetização do risco. Isso significa, em poucas palavras, a retribuição pecuniária ao trabalhador pelo fato de estar exercendo uma atividade penosa, insalubre ou perigosa. Seria uma espécie de compensação ao empregado pelo desgaste, em tese, de sua saúde física ou mental. Porém, não é isso que se vê na prática.<sup>34</sup>

Muito esclarecedora é a constatação de Flávia Pimenta de Castro ao afirmar que a CLT, em seu artigo 198, estabelece a percepção de adicional correspondente a 40%, 20% ou 10% do salário mínimo, conforme o grau da insalubridade existente no ambiente de trabalho. Em relação à periculosidade, caso exista em determinada atividade profissional, enseja o pagamento adicional de 30% calculados

---

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. 5 ed. rev. ampl. e atual. - São Paulo: LTr, 2010, p.147.

<sup>34</sup> CASTRO, Flávia Pimenta de. **Tendências no tratamento jurídico da saúde do trabalhador**. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/18130>. Acessado em 19/12/2016, às 15:36.



sobre o salário-base, sem eventuais acréscimos que incidam sobre a remuneração do trabalhador.

Ainda assim, o adicional para atividades consideradas penosas, embora previsto pela Constituição Federal no artigo 7º, inciso XXIII, ainda não foi regulamentado e, dessa maneira, não enseja direito à percepção.

São basicamente dois os argumentos daqueles que defendem a idéia de pagamento dos adicionais insalubridade e periculosidade.

Com o pagamento do adicional se proporcionariam melhores condições de alimentação aos trabalhadores submetidos a condições adversas à sua saúde, o que resultaria em melhor recuperação do organismo, que estaria apto a enfrentar novamente a insalubridade do ambiente laboral. Além disso, o pagamento constituiria uma espécie de punição aos empregadores que deixassem de promover melhoria das condições do ambiente de trabalho, forçando-os, de certa forma, a resolver os problemas de insalubridade para se livrarem do ônus do pagamento adicional.<sup>35</sup>

Com efeito, os valores pagos aos trabalhadores a título de retribuição pelo exercício de atividades insalubres e perigosas são tão insignificantes que sua finalidade maior, que seria a monetização do risco, se esvazia. Por isso, o melhor caminho para a redução dos riscos inerentes ao meio ambiente do trabalho é aquele indicado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, ou seja:

os agentes potencialmente capazes de causar danos nos ambientes de trabalho podem ser afastados de quatro modos, em ordem decrescente de eficácia. O primeiro deles é a eliminação do risco na origem, opção mais desejável por ser a mais eficaz, mas nem sempre possível tecnicamente. O segundo prevê o afastamento da exposição do trabalhador ao risco, isolando-se e fracionando-se as atividades consideradas insalubres, a fim de que os seus efeitos só atinjam o menor número de trabalhadores. Na terceira hipótese, isola-se o risco

---

<sup>35</sup> CASTRO, Flávia Pimenta de. **Tendências no tratamento jurídico da saúde do trabalhador.** Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/18130>. Acessado em 19/12/2016, às 15:36.

enclausurando-se, por exemplo, máquinas ruidosas, confinando-se determinada área que, por suas peculiaridades, apresenta mais riscos. A última hipótese é a que prevê a proteção do trabalhador, neutralizando-se o risco com a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).<sup>36</sup>

Destarte, importante é tentar garantir ao trabalhador as melhores condições possíveis para que ele possa desenvolver seu trabalho, atendendo assim ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.<sup>37</sup> Caso contrário, estará ele sujeito aos infortúnios e à incapacidade laboral.

Nesse aspecto, vale ressaltar que evitar o acidente de trabalho é uma missão muito difícil, porém não impossível. É dever do Estado e de todos, moral e legalmente, o combate aos agentes agressores à saúde dos trabalhadores de forma a evitar os prejuízos pessoais, e mesmo sociais, decorrentes da incapacidade laboral e/ou financeiros do cidadão.

Para atingir tal objetivo devemos nos fundamentar nos princípios do Direito Ambiental da Prevenção e da Precaução.

### *1.3.1. Princípio da Prevenção*

Cumprindo inicialmente esclarecer que importantes princípios globais, no âmbito do Direito Ambiental, adaptáveis às realidades de cada país pelas legislações

---

<sup>36</sup> ROSSIT, Lilian Allodi. **O meio ambiente do trabalho no direito ambiental brasileiro**. São Paulo: LTr, 2001, p. 117.

<sup>37</sup> Princípio da dignidade da pessoa humana pressupõe, antes de mais nada, uma condição objetiva, a vida e impõe um dever básico, o de reconhecer a intangibilidade da vida humana. Exige, também, o respeito à integridade física e psíquica (condições naturais) e aos meios mínimos para o exercício da vida (condições materiais). Impõe, finalmente, o respeito aos pressupostos mínimos de liberdade e convivência igualitária (condições culturais).

internas, foram criados na Conferência de Estocolmo na Suécia, em 1972, e aumentados na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.<sup>38</sup>

Tendo por fundamento o princípio n. 15 da ECO-92<sup>39</sup>, ele é considerado um megaprincípio ambiental.<sup>40</sup> Possui ampla aplicação no mundo jurídico, inclusive no ramo do Direito do Trabalho. De acordo com Raimundo Simão de Melo:

Na aplicação deste princípio no âmbito trabalhista deve-se levar em conta a educação ambiental a cargo do Estado, mas também das empresas, nos locais de trabalho, orientando os trabalhadores sobre os riscos ambientais e fornecendo-lhes os equipamentos adequados de proteção, como menciona o art. 157, podendo, inclusive, depois de bem orientar os trabalhadores sobre os riscos ambientais, puni-los pela recusa em observar as normas de segurança e medicina do trabalho (art. 158 da CLT).<sup>41</sup>

Considerando a ideia emanada do referido princípio, necessário se faz a criação de mecanismos eficientes tanto para punir o poluidor ambiental, nos âmbitos administrativo, penal e civil, quanto para incentivá-lo a preservar o meio ambiente e, no nosso caso, em especial o do trabalho.

Para tanto, mister se faz alterar as legislações para se conceder incentivos fiscais e tributários aos empregadores que procuram proteger o meio ambiente

---

<sup>38</sup> MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance , prescrição.** – 3 ed. – São Paulo: LTr, 2008, p. 43.

<sup>39</sup> “Para proteger o meio ambiente medidas de precaução devem ser largamente aplicadas pelos Estados segundo suas capacidades. Em caso de risco de danos graves e irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas visando a prevenir a degradação do meio ambiente.”

<sup>40</sup> MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance , prescrição.** – 3 ed. – São Paulo: LTr, 2008, p. 44.

<sup>41</sup> MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance , prescrição.** – 3 ed. – São Paulo: LTr, 2008, p. 44.

laboral, como por exemplo, a diminuição das contribuições ao Seguro contra Acidentes do Trabalho – SAT, conforme prevê a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.<sup>42</sup>

Para Raimundo Simão de Melo, incentivos fiscais conferidos aos empregadores que procuram uma melhor qualidade do meio ambiente laboral para seus empregados e maiores benefícios às empresas que utilizam tecnologias limpas são instrumentos importantes para estimular o crescimento dessas medidas no país, efetivando, assim, o princípio da prevenção.<sup>43</sup>

Importante ressaltar que a Constituição Federal de 15 de outubro de 1988, mesmo antes da ECO-92, já previa condutas prevencionistas ao estabelecer, por exemplo, que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei, e as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização estabelecida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> BRASIL, Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14801, art. 22, inciso II: “A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve; b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio; c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.”

<sup>43</sup> MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição.** – 3 ed. – São Paulo: LTr, 2008, p. 44.

<sup>44</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. DOU de 05/10/1988., art. 225, §§ 2º e 6º.

José Afonso da Silva, ao falar do meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluído aí o do trabalho, e falar das medidas tanto preventivas quanto repressivas para a proteção deste, assim se pronunciou:

As normas constitucionais assumiram a consciência de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do homem, é que há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente. Compreendeu que ele é um valor preponderante, que há de estar acima de quaisquer considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as da iniciativa privada. Também estes são garantidos no texto constitucional, mas, a toda evidência, não podem primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente, que é instrumento no sentido de que, através dessa tutela, o que se protege é um valor maior: *a qualidade de vida humana*.<sup>45</sup> [grifos do autor]

Com essas palavras percebemos que o princípio da prevenção permeia não só nosso ordenamento jurídico, mas toda a nossa vida, na medida em que a prevenção traz resultados mais expressivos no combate às causas dos acidentes do trabalho.

### *1.3.2. Princípio da dignidade do trabalhador*

O ordenamento jurídico brasileiro consagra o princípio da dignidade da pessoa humana<sup>46</sup>, estabelecendo-o como um dos fundamentos da República e do Estado Democrático de Direito.

Tal preceito é reforçado pelo contido no art. 170 da Carta Magna, que ao tratar da ordem econômica, garante a livre iniciativa, embasada, contudo, na defesa do

---

<sup>45</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 39 ed., 2016, p. 866.

<sup>46</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. DOU de 05/10/1988., art. 1º: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana.”

meio ambiente e na valorização do trabalho humano, de modo a assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social; bem como no contido no art. 193, que menciona o primado do trabalho como base da ordem social.

De acordo com Raimundo Simão de Melo:

O princípio da dignidade da pessoa humana encontra assento na Constituição Federal brasileira, que, logo no art. 1º, estabelece que são fundamentos da República e do Estado Democrático de Direito, entre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Essas dicções são complementadas pelo art. 170 da mesma Lei Maior, que, ao tratar da ordem econômica assegura a livre iniciativa, fundada, porém, na defesa do meio ambiente e na valorização do trabalho humano, de modo que se assegure a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Observa-se que, embora capitalista, a ordem econômica dá prioridade aos valores do trabalho humano sobre todos os demais valores da economia de mercado.<sup>47</sup>

Assim como foi considerado no art. 1º fundamento da República, o referido princípio foi considerado, no art. 6º, como valor e direito social.

E mesmo com todo esse arcabouço jurídico protetivo, muitas vezes não é possível tutelar o trabalhador de forma satisfatória, principalmente pela dinâmica dos avanços tecnológicos e científicos que a cada dia potencializa mais e mais os riscos nos ambientes de trabalho, “o que vem se agravando diante das diretrizes estabelecidas pelo capitalismo globalizado dos séculos XX e XXI, que não prioriza soluções para as questões sociais e humanitárias.”<sup>48</sup>

Assim, faz-se necessário que o princípio da dignidade da pessoa humana tenha normatividade cogente e não simplesmente de meras cláusulas retóricas

<sup>47</sup> MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalhado e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição.** – 3 ed. – São Paulo: LTr, 2008, p. 52.

<sup>48</sup> MELO, Raimundo Simão de. Dignidade da pessoa humana e o meio ambiente do trabalho. **Revista de Direito do Trabalho.** São Paulo, v. 31, n. 117, jan./mar. 2005, p. 208.

ou de manifestações de bons propósitos. Por isso, é preciso instrumentalizar a sociedade de forma que ela possa fazer valer os seus direitos e de fato garantir a dignidade do trabalhador e o valor verdadeiramente social do trabalho, conforme está estabelecido na Constituição Federal de 1988.<sup>49</sup>

A esse respeito há, no Brasil, farta jurisprudência no sentido de se garantir a dignidade da pessoa humana seja, por exemplo, com o fornecimento de medicamentos pelos entes políticos, seja com a relativização de regras taxativas contidas em legislações penais, que em geral tutelam os maiores bens de uma democracia, quais sejam: a vida e a liberdade.

Para exemplificar o acima alegado, temos, por exemplo, o julgamento do HC nº 98675 / ES, de lavra do Ministro Eros Grau, em que se discutia a possibilidade de se conceder a um réu, preso em sistema carcerário comum, a benesse do regime domiciliar, em virtude de seu debilitado estado de saúde. Assim foi ementada a decisão:

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE ACOMETIDO DE ENFERMIDADES GRAVES. RECONHECIMENTO, PELO ESTABELECIMENTO PRISIONAL, DE QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA ADEQUADA. PRISÃO DOMICILIAR. HIPÓTESE NÃO ENQUADRADA NO ARTIGO 117 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE DO CASO. ARTIGO 1º, INCISO III DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL [PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA]. 1. Autos instruídos com documentos comprobatórios do debilitado estado de saúde do paciente, que provavelmente definhará na prisão sem a assistência médica de que necessita, o estabelecimento prisional reconhecendo não ter condições de prestá-la. 2. O artigo 117 da Lei de Execução Penal determina, nas hipóteses mencionadas em seus incisos, o recolhimento do apenado, que se encontre no regime aberto, em residência particular. Em que pese a situação do paciente não se enquadrar nas hipóteses legais, a excepcionalidade do caso enseja o afastamento da Súmula 691-STF e impõe seja a prisão domiciliar

---

<sup>49</sup> MELO, Raimundo Simão de. Dignidade da pessoa humana e o meio ambiente do trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**. São Paulo, v. 31, n. 117, jan./mar. 2005, p. 208.

deferida, sob pena de violação do princípio da dignidade da pessoa humana [artigo 1º, inciso III da Constituição do Brasil]. Ordem concedida.<sup>50</sup>

Ou seja, mesmo em casos em que expressamente a lei não preveja o Estado deve reconhecer que a condição humana deve ser respeitada acima de qualquer situação legal. Eis os fundamentos determinantes para a concessão:

A situação do paciente e do co-réu não está entre aquelas listadas nas alíneas do art. 117 da LEP. No entanto, a demonstração cabal de que o Estado não tem condições de prestar-lhes a assistência médica de que precisam, para não morrerem em cárcere, justifica seja a prisão domiciliar deferida, excepcionalmente, mercê do princípio da dignidade da pessoa humana, tal como proposto no parecer do Subprocurador-Geral da República Wagner Gonçalves.<sup>51</sup>

Dessa forma, verifica-se que entre a aplicação da lei, com a possibilidade de se causar um mal a um cidadão, e o sopesar de um princípio constitucional, a fim de se garantir sua vida, este prevalece em relação àquele.

Outro exemplo pode ser visto na seguinte ementa:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MEDICAMENTO. FORNECIMENTO. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA. ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o fornecimento gratuito de tratamentos e medicamentos necessários à saúde de pessoas hipossuficientes é obrigação solidária de todos os entes federativos, podendo ser pleiteado de qualquer deles, União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (Tema 793). 2. Agravo a que se nega provimento.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2ª Turma. HC 98675 / ES - ESPÍRITO SANTO. Ementa:[...] Relator: Eros Grau. Brasília, DF, 09 jun. 09. DJe-157 de 21/08/2009.

<sup>51</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2ª Turma. HC 98675 / ES - ESPÍRITO SANTO. Ementa:[...] Relator: Eros Grau. Brasília, DF, 09 jun. 09. DJe-157 de 21/08/2009.

<sup>52</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ª Turma. RE 892590 AgR-segundo. Ementa: [...] Relator: ROBERTO BARROSO, julgado em 16/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-209 DIVULG 29-09-2016 PUBLIC 30-09-2016.



Aqui percebe-se que quando se trata de garantir a saúde do cidadão todos os entes políticos são responsáveis.

Isso é o que se espera de um estado democrático de direito, isto é, que acima de tudo sejam garantidos por ele a vida, a liberdade, a saúde e a dignidade da pessoa humana.

## 2 ACIDENTE DO TRABALHO

### 2.1 Conceito

O trabalho na sociedade moderna é um caminho, quase que obrigatório, de auto-afirmação moral e social do ser humano. Sem ele não é possível vivermos dignamente.

Com a evolução do capitalismo e a crescente demanda das sociedades por bens e serviços, a exploração do trabalho chegou ao ponto de negar os princípios de igualdade, de solidariedade, de liberdade, na medida em que o produtivismo, que acaba por mercantilizar o mundo, a vida, deixa de se importar com o meio ambiente e provoca a decadência ecológica para atender ao crescimento cada vez maior das sociedades.

E é a partir dessa perspectiva que surge a importância de se tutelar o meio ambiente, e em especial o do trabalho, de forma a garantir aos trabalhadores condições saudáveis e seguras para desenvolverem o seu labor.

A primeira lei trabalhista de que se tem notícia na história, foi editada na Inglaterra em 1802 e versava sobre higiene e segurança dos locais onde os menores aprendizes desenvolviam o seu trabalho. Sobre este tema, assim se pronunciou Arnaldo Sússekind:

A primeira lei trabalhista de que se tem, na fase contemporânea da história, versou sobre a higiene do local de trabalho e dos dormitórios nos estabelecimentos que empregavam menores aprendizes. De iniciativa de *Peel*, ela foi aprovada em 1802 pelo Parlamento Britânico. Dezessete anos depois, o mesmo *Peel* e *Robert Owen* conseguiram outra lei, dispondo sobre a iluminação, ventilação, os aparelhos sanitários e os dormitórios para menores aprendizes de 09 a 16 anos, para os quais foi fixada jornada máxima de doze horas. Estava armado o primeiro sistema legal de higiene do trabalho, o qual, com a finalidade de tutelar interesses vitais de menores aprendizes, quebrou um tabu de não-intervencionismo

estatal nas relações entre empregadores e trabalhadores. Em 1833, ainda na Inglaterra, foi instituída a inspeção oficial da higiene do trabalho nos estabelecimentos.<sup>53</sup> [grifos do autor]

Destarte, é de grande relevância as questões relacionadas ao acidente do trabalho, tendo em vista as consequências fáticas, jurídicas e até mesmo sociais provocadas por tal evento.

Hoje no Brasil, o seu conceito legal é dado pelo artigo 19 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que preceitua ser aquele que ocorre pelo exercício do trabalho provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução da capacidade permanente ou temporária para o trabalho. Antônio Lopes Monteiro afirma que:

[...] trata-se de um evento único, subitâneo, imprevisto, bem configurado no espaço e no tempo e de consequências geralmente imediatas. Não é de sua essência a violência. Infortúnios laborais há que, sem provocarem alarde ou impacto, redundam em danos graves e até fatais meses ou anos depois de sua ocorrência. O que se exige é o nexo de causalidade e a lesividade.<sup>54</sup>

O nexo de causalidade consiste na relação existente entre o acidente sofrido pelo trabalhador e a atividade desenvolvida por ele.

Além do acidente típico que acabamos de analisar, existem ainda as doenças ocupacionais, previstas no art. 20, incisos I e II, e os acidentes por equiparação, previstos no art. 21, ambos da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

---

<sup>53</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. 4 ed. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 263.

<sup>54</sup> MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 4 ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2007, p. 14.

As primeiras subdividem-se em doenças profissionais – inciso I – e doenças do trabalho – inciso II. Por sua vez, as doenças profissionais, também conhecidas como ergopatias, tecnopatias ou doenças profissionais típicas, são decorrentes do exercício do trabalho peculiar a determinada classe de trabalhadores ou atividade. Considerando sua especificidade, não carecem de comprovação do nexo causal. Existe uma presunção legal na sua caracterização ou enquadramento.

Decorrem de microtraumas que cotidianamente agredem e vulneram as defesas orgânicas, e que, por efeito cumulativo, terminam por vencê-las, deflagrando o processo mórbido. Por exemplo, os trabalhadores da mineração, sabe-se há muito que estão sujeitos à exposição do pó de sílica, e, portanto, com chances de contrair a silicose, sendo, pois, esta considerada uma doença profissional.<sup>55</sup>

Já as doenças do trabalho, também conhecidas como mesopatias ou moléstias profissionais atípicas, são aquelas desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente. Antônio Lopes Monteiro assim se posiciona:

Decorrem igualmente de microtraumatismos acumulados. Contudo, por serem atípicas, exigem a comprovação do nexo de causalidade com o trabalho, via de regra através de vistoria no ambiente laboral (art. 20, II).<sup>56</sup>

O art. 21 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, elenca situações que se equiparam ao acidente de trabalho, pois se relacionam apenas indiretamente com a atividade.

---

<sup>55</sup> MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 4 ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2007, p. 15.

<sup>56</sup> MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 4 ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2007, p. 15.

Ainda de acordo com o referido autor, é necessário observarmos que o art. 21 “abriga o princípio da concausalidade, ou da equivalência das condições, ou ainda da equivalência dos antecedentes. Dito de outra forma, desde que o fato represente *conditio sine qua non* do dano, configurado está o sinistro laboral.”<sup>57</sup>

Tal afirmação decorre do fato de que o acidente ligado ao trabalho que, embora possa não ter sido a causa única, tenha contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

Assim, o acidente pode não ser a causa exclusiva da lesão ou doença, sendo possível a união de outros fatores, que são as concausas. “Uns podem preexistir ao acidente – concausas antecedentes; outros podem sucedê-lo – concausas supervenientes; por fim, há, também, os que se verificam concomitantemente – concausas simultâneas.”<sup>58</sup>

Merece destaque ainda o chamado acidente *in itinere* ou acidente de trajeto ou percurso, que é aquele ocorrido no trajeto casa-trabalho ou trabalho-casa, não importando o meio de transporte utilizado pelo acidentado, podendo ser, inclusive, veículo do próprio segurado.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 4 ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2007, p. 17.

<sup>58</sup> MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 4 ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2007, p. 17.

<sup>59</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, artigo 21, inciso IV, d.

Nos autos do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 1758/2004-044-02-40.5, o Ministro Relator Lélío Bentes Corrêa, citando o acórdão regional atacado, trouxe à baila o conceito do acidente *in itinere*:

**ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE IN ITINERE. MATÉRIA FÁTICA.** É insuscetível de revisão, em sede extraordinária, a decisão proferida pelo Tribunal Regional à luz da prova carreada aos autos. Somente com o revolvimento do substrato fático-probatório dos autos seria possível afastar a premissa sobre a qual se erigiu a conclusão consagrada pelo Tribunal Regional, no sentido de que o autor não logrou comprovar a ocorrência de acidente *in itinere* nas condições descritas no artigo 21, IV, **d**, da Lei n.º 8.213/91, não tendo se desincumbido do ônus de provar fato constitutivo do direito alegado. Incidência da Súmula n.º 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Sustenta a ocorrência de acidente de trânsito, no trajeto trabalho-residência, em 24/08/2003. Alega que o CAT foi emitido pelo Sindicato da categoria, ante a recusa da reclamada.

Sem razão o inconformismo.

É certo que a legislação assegura, entre outras hipóteses, a caracterização de acidente de trabalho, quando o empregado sofrer qualquer dano que provoque lesão corporal ou perturbação funcional, morte, perda ou redução da capacidade laborativa, durante a execução do trabalho, ou seja, a serviço da empresa, ou mesmo fora do local e do horário de trabalho, como no caso de se encontrar no percurso residência-trabalho/trabalho-residência.<sup>60</sup>

Dessa forma, conclui Antônio Lopes Monteiro que quando o trabalhador estiver à disposição do empregador, independentemente do local e dia, no expediente laboral e no meio ambiente da empresa, mesmo sem estar efetivamente trabalhando, isto é, nos períodos destinados às refeições e a outras necessidades fisiológicas, ocorrendo o acidente, este restará caracterizado como do trabalho.<sup>61</sup>

<sup>60</sup> TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. 1ª Turma. AIRR-1758/2004-044-02-40.5. Ementa:[...] Relator: Lelío Bentes Corrêa. Brasília, DF, 04 mar. 09. DEJT de 20/03/2009.

<sup>61</sup> MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 4 ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2007, p. 19.

## 2.2 Evolução da legislação acidentária brasileira

A Constituição do Império de 1824 ocupou-se apenas com a estrutura política do Estado, não se preocupando em regular direitos dos cidadãos. Anníbal Fernandes assim se pronunciou:

Sendo o braço escravo a mola mestra da economia até 13 de maio de 1888, o acidente laboral e a moléstia ocupacional se resolviam como simples casos de desgaste ou perda de instrumento do trabalho. O escravo, em resumo, era objeto. A figura do trabalhador livre é marginal nessa estrutura.<sup>62</sup>

Claramente a referida norma não regulou a matéria relacionada ao acidente do trabalho, assim como a Constituição Republicana de 1891. Ademais, nenhuma questão social foi abordada.

No Brasil, o arcabouço jurídico começou a se desenvolver em 15 de janeiro de 1919 com a edição da primeira norma jurídica sobre acidente do trabalho, qual seja o Decreto Legislativo n. 3.724, que foi regulamentado pelo Decreto 13.498, de 12 de março de 1919.

Este diploma legal conceituava acidente do trabalho de maneira muito restrita, pois não incluía neste conceito as doenças profissionais atípicas, ou seja, aquelas desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho era executado. Para que a doença fosse caracterizada como decorrente do trabalho seria necessário que ela fosse contraída exclusivamente pelo exercício do trabalho, quando este fosse de

---

<sup>62</sup> FERNANDES, Anníbal. **Os acidentes do trabalho:** do sacrifício do trabalho à prevenção e à reparação: evolução legislativa, atualidade e perspectivas: lei, doutrina, jurisprudência. 2 ed. rev. com participação de Sérgio Pardal Freudenthal. – São Paulo: LTr, 2003, p. 85.

natureza a só por si causá-la, e desde que determinasse a morte do operário, ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.<sup>63</sup>

Apenas com a edição da Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926 começou a surgir, no bojo das constituições, o interesse pela ordem social, com a atribuição ao Congresso Nacional de competência para legislar sobre a proteção ao trabalho.

Arnaldo Süssekind assevera que:

A mensagem do Presidente Artur Bernardes propondo emenda constitucional não cogitou da 'questão social', apesar da vigência do Tratado de Versailles, assinado por plenipotenciários do Governo brasileiro. Mas a famosa Conferência de Rui Barbosa no Teatro Lírico, em 1920, defendendo a competência do Congresso Nacional para legislar sobre a proteção ao trabalho, irradiou, desde então, ampla adesão à sua proposição. Eis por que a reforma de 1926 atribuiu competência ao Congresso para 'legislar sobre o trabalho' (art. 34, n. 28).<sup>64</sup>

A Constituição de 1934, sob a égide do governo de Getúlio Vargas, foi a primeira norma maior a dispensar um título próprio à ordem econômica e social, "incluindo no conceito de seguro social o seguro contra acidentes do trabalho."<sup>65</sup> Assim, dispunha a referida norma, em seu art. 121, que a lei promoveria o amparo da produção e que

---

<sup>63</sup> BRASIL, Decreto n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. DOU de 18/01/1919, p. 1013. Art. 1 °: Consideram-se accidentes no trabalho, para os fins da presente lei: la) o produzido por uma causa subita, violenta, externa e involuntaria no exercicio do trabalho, determinado lesões corporaes ou perturbações funcçionaes, que constituam a causa unica da morte ou perda total, ou parcial, permanente ou temporaria, da capacidade para o trabalho; l b) a molestia contrahida exclusivamente pelo exercicio do trabalho, quando este fôr de natureza a só por si causa-la, e desde que determine a morte do operario, ou perda total, ou parcial, permanente ou temporaria, da capacidade para o trabalho.

<sup>64</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. 4 ed. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 30.

<sup>65</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 84.



estabeleceria as condições de trabalho, na cidade e nos campos, sempre visando a proteção social do trabalhador. Sua alínea *h* garantia ainda assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante nos seguintes termos:

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte.

O referido artigo constitucional previa ainda em seu parágrafo oitavo que nos acidentes do trabalho em obras públicas da União, dos Estados e dos Municípios, a indenização seria feita pela folha de pagamento, dentro de 15 dias depois da sentença à qual não se admitira recurso “ex officio”:

§ 8º - Nos acidentes do trabalho em obras públicas da União, dos Estados e dos Municípios, a indenização será feita pela folha de pagamento, dentro de quinze dias depois da sentença, da qual não se admitirá recurso *ex – officio*.

Já em 10 de julho de 1934 foi editada a segunda norma infraconstitucional sobre o assunto. Nesta data, foi publicado o Decreto n. 24.637<sup>66</sup> que

---

<sup>66</sup> BRASIL, Decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934. Estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho e dá outras providências. DOU de 12/07/1934, p. 14001. Art. 1º: “Considera-se acidente do trabalho, para os fins da presente lei, toda lesão corporal, perturbação funcional, ou doença produzida pelo exercício do trabalho ou em consequência dele, que determine a morte, ou a suspensão ou limitação, permanente ou temporária, total ou parcial, da capacidade para o trabalho.

§ 1º São doenças profissionais, para os efeitos da presente lei, além das inerentes ou peculiares a determinados ramos de atividade, as resultantes exclusivamente do exercício do trabalho, as resultantes exclusivamente especiais ou excepcionais em que o mesmo for realizado, não sendo assim consideradas as endêmicas quando por elas forem atingidos empregados habitantes da região.

Art. 2º Excetuados os casos de força maior, ou de dolo, quer da própria vítima, quer de terceiros, por fatos estranhos ao trabalho, o acidente obriga o empregador ao pagamento de indenização ao seu empregado ou aos seus beneficiários, nos termos do capítulo III desta lei.

promovia algumas inovações. Dentre elas, destacaram-se: a ampliação do conceito de acidente do trabalho, passando a amparar as doenças profissionais atípicas; ampliação do contingente de pessoas e classes trabalhadoras amparadas pela norma; e a obrigatoriedade, por parte do empregador e para garantir o pagamento da indenização aos empregados acidentados, de optar entre a contratação de um seguro privado ou realização de depósito em moeda corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.<sup>67</sup>

De acordo com o parágrafo segundo da retro citada norma não havia, à época, a noção de acidente de trajeto ou *in itinere* que se tem hodiernamente, uma vez que não era atribuída responsabilidade ao empregador pelo acidente ocorrido com seu empregado no trajeto de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Dispunha o decreto:

§ 2º A responsabilidade do empregador deriva somente de acidentes ocorridos pelo fato do trabalho, e não dos que se verificarem na ida do empregado para o local da sua ocupação ou na sua volta dali salvo havendo condição especial fornecida pelo empregador.

Outra significativa inovação deste decreto foi a criação do direito à pensão aos herdeiros ou beneficiários do acidentado, que estivessem inscritos em instituição de seguro social oficial, previsto em seu art. 23:

Art. 23 Sempre que a vítima, tendo herdeiros ou beneficiários, estiver inscrita em instituição de seguro social oficialmente reconhecida que lhes

---

Art. 36 Para garantir a execução da presente lei, os empregadores sujeitos ao seu regime, que não mantiverem contrato de seguro contra acidentes, cobrindo todos os riscos relativos às várias atividades, ficam obrigados a fazer um depósito, nas repartições arrecadoras federais, nas Caixas Econômicas da União, ou no Banco do Brasil, em moeda corrente ou em títulos da dívida pública federal, na proporção de 20:000\$000 (vinte contos de réis), para cada grupo de 50 (cincoenta) empregados ou fração, até ao máximo de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), podendo a importância do depósito, a juízo das autoridades competentes, ser elevada até ao triplo, si se tratar de risco excepcional ou coletivamente perigoso.

<sup>67</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 76/77.

garanta pensão, à mesma instituição reverterão dois terços da indenização a ser paga, cabendo aos herdeiros ou beneficiários o terço restante, nos termos desta lei.

A Constituição Federal de 10 de novembro de 1937 pouco acrescentou em relação à matéria. Cuidou apenas, embora seja de grande valia a norma, em instituir o seguro contra acidentes do trabalho, prevendo que a legislação do trabalho deveria observar, entre outras coisas, a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho.<sup>68</sup>

Alguns anos mais tarde, em 10 de novembro de 1944, era editada a terceira lei acidentária brasileira: o Decreto-Lei n. 7.036, regulamentado pelo Decreto 18.809, de 05 de maio de 1945. Essa norma significou grande evolução em relação às leis anteriores, pois, assim como as revogadas, também era baseada na Teoria do Risco Profissional. Segundo essa teoria:

assim como o empregador suporta o desgaste e a destruição de seu material, bem como os gastos de amortização do que lhe útil, como os riscos de incêndio, responsabilidade civil, etc, deve igualmente suportar a responsabilidade pelos acidentes ocorridos no trabalho realizado em seu proveito. Assim, todo aquele cuja missão é dirigir um trabalho que lhe confere benefícios é, *a priori*, responsável pelos acidentes que possam resultar no curso de sua execução.<sup>69</sup>

Mas ela foi além e elastecida pela referida teoria “o decreto em referência tornou ainda mais abrangente o conceito de acidente do trabalho, adotando a

---

<sup>68</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 10 de novembro de 1937. DOU de 10/11/1937, art. 137: “A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos:

m) a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho.”

<sup>69</sup> COSTA, Hertz Jacinto. Acidentes do trabalho.. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 664, 1 maio 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6662>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

teoria das concausas para caracterização do infortúnio<sup>70</sup> pois o considerava como tal ainda quando não fosse ele a causa única e exclusiva da morte ou perda ou redução da capacidade do empregado, bastando que entre o evento e a morte ou incapacidade houvesse uma relação de causa e efeito.<sup>71</sup> Assim dispunha a referida norma:

Art. 1º Considera-se acidente do trabalho, para os fins da presente lei, todo aquele que se verifique pelo exercício do trabalho, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional, ou doença, que determine a morte, a perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art. 3º Considera-se caracterizado o acidente, ainda quando não seja ele a causa única e exclusiva da morte ou da perda ou redução da capacidade do empregado, bastando que entre o evento e a morte ou incapacidade haja uma relação de causa e efeito.

Na continuidade de suas inovações, o referido decreto-lei: ampliou o campo de sua incidência, passando a amparar os servidores públicos celetistas; previu o acidente de trabalho *in itinere*, que era aquele sofrido pelo empregado quando em viagem a serviço do empregador; estatizou o seguro obrigatório que garantia o pagamento das indenizações; e estabeleceu que a comunicação à autoridade policial deveria ser feita somente quando do acidente do trabalho resultasse morte.

Seu outro mérito foi a “previsão em seu texto (Capítulo XII) de normas relacionadas à prevenção de acidentes e higiene do trabalho, e ainda a reabilitação ou, nos dizeres da norma, readaptação profissional do acidentado.”<sup>72</sup>

<sup>70</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 78.

<sup>71</sup> BRASIL, Decreto-lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944. Reforma a lei de acidentes do trabalho. DOU de 13/11/1944, p. 19241, art. 3º, *caput*.

<sup>72</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 79.

Art. 77. Todo empregador é obrigado a proporcionar a seus empregados a máxima segurança e higiene no trabalho, zelando pelo cumprimento dos dispositivos legais a respeito, protegendo-os, especialmente, contra as imprudências que possam resultar do exercício habitual da profissão.

Art. 90. A readaptação profissional, que é devida a todo incapacitado do trabalho, tem por objeto restituir-lhe, no todo ou em parte a capacidade na primitiva profissão ou em outra compatível com as suas novas condições físicas.

Em 1946, o texto constitucional trouxe uma alteração bastante relevante, principalmente para os trabalhadores, qual seja: a retirada da esfera constitucional da idéia de seguro social para os infortúnios do trabalho, já existentes na Carta Política de 1934<sup>73</sup>, ou seja, ele “distinguiu o seguro contra acidentes do trabalho do seguro social, deixando a cargo do Estado somente o social, enquanto o seguro acidentário passava a ser de instituição obrigatória pelos empregadores.”<sup>74</sup>

Até esse ponto a legislação acidentária brasileira havia conseguido grandes avanços na tutela dos direitos dos trabalhadores. Porém, a edição de mais uma lei acidentária, consubstanciada no Decreto-lei n. 293, de 28 de fevereiro de 1967, foi bastante criticada, dado que direitos importantes conseguidos pelos trabalhadores ao longo dos anos foram sumariamente retirados por esta lei.

Teresinha Lorena Pohlmann Saad, repudiando as alterações trazidas pela norma, afirmou que se tratava de um dos “diplomas mais impróprios, retrocedendo a tudo quanto de bom havia sido conquistado na legislação sobre infortunistica.”<sup>75</sup> Além de extinguir o monopólio estatal do seguro obrigatório, estabelecendo a possibilidade de

<sup>73</sup> SAAD, Terezinha Lorena Pohlmann. **Acidentes do trabalho**: estudos doutrinários e pesquisas de campo: jurisprudência. São Paulo: LTr, 1998, 2 ed., p. 67.

<sup>74</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 85.

<sup>75</sup> SAAD, Terezinha Lorena Pohlmann. **Responsabilidade civil da empresa nos acidentes do trabalho**. São Paulo: LTr, 1999, 3 ed., p. 101.

concorrência entre o INPS<sup>76</sup> e as seguradoras privadas quanto ao seguro contra riscos de acidentes do trabalho, esse decreto-lei modificou o sistema de reparação dos danos por incapacidade parcial e permanente, instituiu pensão complementar à aposentadoria, nos casos de morte ou incapacidade total e permanente e, por fim, mitigou a teoria da concausa para o enquadramento do acidente do trabalho.

Importante ressaltar, ainda, que a Constituição de 1967 apenas manteve a determinação trazida pela Constituição anterior de instituição, pelos empregadores, do seguro contra acidentes do trabalho.

E como se fosse uma resposta às más alterações promovidas pelo Decreto-lei n. 293, de 28 de fevereiro de 1967, em 14 de setembro do mesmo ano, foi publicada a quinta lei acidentária brasileira, qual seja, a Lei n. 5.316, que o revogou e foi regulamentada pelo Decreto n. 61.784, de 28 de novembro de 1967.

Ela promoveu a integração do seguro contra acidente do trabalho na Previdência Social, restabelecendo, assim, o monopólio estatal.

A esse fato somou-se a edição da Emenda Constitucional nº 1, de 1969 que sacramentou de vez o seguro contra acidentes do trabalho como integrante da Previdência Social, na medida em que era assegurado aos trabalhadores o direito à previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção à maternidade.<sup>77</sup>

XVI - previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da

---

<sup>76</sup> Instituto Nacional de Previdência Social.

<sup>77</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 24 de janeiro de 1967. DOU de 24/01/1967, Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado.

Segundo Ézio Martins Cabral Júnior, a Lei n. 5.316, de 14 de setembro de 1967 tinha como “fundamento a Teoria do Risco Profissional, ampliada pelas Teorias do Risco de Autoridade e do Risco Social” além de ter readmitido, em seu texto, a “teoria das concausas para caracterização do infortúnio.”<sup>78</sup>

Esta lei abrangia todos os empregados e empregadores sujeitos à LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social, bem como os trabalhadores avulsos e os presidiários.

Para os trabalhadores rurais e domésticos, fazia uma ressalva: a extensão da previdência ao acidente do trabalho para esses dois segmentos se faria ‘...na medida de suas possibilidades técnicas e administrativas, respeitados os compromissos existentes na data do início da vigência desta lei’.<sup>79</sup>

As principais inovações trazidas por esta lei foram: a restrição do conceito de doenças do trabalho; a exigência do esgotamento das vias administrativas para a propositura de ação judicial contra a Previdência Social para pleitear direitos decorrentes da lei; transferência do encargo de financiar os benefícios acidentários aos empregadores, estipulando, inclusive, índices; inexistência de período de carência para a concessão das prestações previdenciárias aos trabalhadores acidentados; criação do pecúlio e do auxílio acidente.

---

<sup>78</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 80/81.

<sup>79</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 81.

Não se pode deixar de mencionar, ainda, a imposição da obrigação de a Previdência Social manter um programa de prevenção de acidentes e de reabilitação profissional dos acidentados.

Em 1976, surgiu a sexta lei infraconstitucional acidentária brasileira. Regulamentada pelo Decreto n. 79.037, de 24 de novembro de 1976, a Lei n. 6.367, de 19 de outubro de 1976, não trouxe grandes alterações em relação à norma anterior, mantendo suas diretrizes básicas. Suas principais características foram: a inclusão dos trabalhadores temporários em sua abrangência; a equiparação entre doença profissional e a doença do trabalho; a manutenção da exclusão das doenças degenerativas e as inerentes à idade como sendo acidente do trabalho; a extinção do esgotamento das vias administrativas para o ingresso com ação judicial contra a Previdência Social.

A Constituição Federal de 15 de outubro de 1988 trouxe grandes avanços em relação à matéria, na medida em que elevou os direitos trabalhistas à condição de direitos fundamentais do cidadão, prevendo de forma expressa, no art. 7º, inciso XXVIII, o seguro contra o acidente do trabalho, a cargo do empregador.

Hodiernamente, não existe em nosso ordenamento jurídico uma lei que discipline de forma exclusiva o acidente do trabalho. A Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, incorporou aos benefícios da Previdência Social a legislação acidentária, de forma que a matéria foi objeto de disciplina da referida lei, principalmente, e em alguns outros dispositivos legais esparsos.

Dessa forma, e de acordo com o ordenamento jurídico atual, o acidente do trabalho é reparado por meio de um seguro, financiado pelo empregador. Caso haja



dolo ou culpa, o empregador responderá ainda, no âmbito civil, pela reparação do acidente.

### **2.3 Caracterização do acidente do trabalho**

De acordo com a legislação acidentária em vigor, os requisitos para que fique configurado o infortúnio laboral são: causalidade, evento fortuito, instantâneo, imprevisito, sem intenção; lesão, que é a conseqüência do infortúnio, é o dano físico ou mental sofrido pelo acidentado, é a perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho e o nexo de causalidade, que é a relação existente entre a lesão e o trabalho desenvolvido pelo acidentado.

Quanto aos aspectos formais, até a edição da Lei n. 11.430, de 26 de dezembro de 2006, um dos requisitos para o reconhecimento inicial de direitos acidentários aos trabalhadores era a comunicação do acidente do trabalho à Previdência Social. Tal comunicação se dava através da Comunicação do Acidente do Trabalho – CAT.

O artigo 22 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, prevê que essa iniciativa cabe ao empregador, sendo estabelecido o prazo de um dia útil para a informação do acidente à autoridade competente e imediatamente em caso de morte, tudo isso sob pena de multa.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 22: “A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.”

Após a edição da referida lei, a necessidade da formalização da CAT ficou relativizada, uma vez que o serviço de perícia médica no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, poderá considerar caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento.<sup>81</sup>

Nesse sentido é o pensamento de Maria Rita Manzarra Garcia de Aguiar ao analisar o contido no artigo 21-A, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, introduzido pela edição da Lei n. 11.430, de 26 de dezembro de 2006:

Com esta inovação legislativa, o perito médico do INSS ao verificar que o agravo que acometeu o segurado é de ocorrência comum em trabalhadores que pertencem a determinado segmento econômico, pode presumir a natureza acidentária dessa incapacidade, ficando autorizada, assim, a concessão do benefício previdenciário-acidentário, independente da emissão da CAT – comunicação de acidente de trabalho pela empresa.<sup>82</sup>

O acidente do trabalho traz consigo conseqüências não só para o empregado, maior prejudicado pelo infortúnio seja na esfera trabalhista, seja na esfera financeira ou, ainda, na esfera moral, mas também para o empregador, tendo em vista que do evento acidentário podem derivar:

diversas e sérias conseqüências jurídicas que se refletem no contrato de trabalho, na esfera criminal, nos benefícios acidentários, nas ações regressivas promovidas pela Previdência Social, nas indenizações por

---

<sup>81</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 21-A.

<sup>82</sup> AGUIAR, Maria Rita Manzarra Garcia de. Nexos técnico epidemiológico. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1901, 14 set. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11729>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

responsabilidade civil, na Inspeção do Trabalho, no pagamento de indenização de seguros privados que cobrem a morte ou a invalidez permanente, e na reação corporativa do sindicato da categoria profissional.<sup>83</sup>

Por isso, muitas vezes, os empregadores se omitem e não se propõem a preencher a CAT para o trabalhador. Assim é que o legislador previu um rol de legitimados a emitir a comunicação, podendo o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, fazê-la.<sup>84</sup>

Por isso, também, justifica-se a atribuição ao serviço médico do INSS de caracterizar, sem a necessidade da CAT, a natureza acidentária da incapacidade do trabalhador acometido pelo infortúnio laboral.

Mesmo assim, verifica-se na prática que a emissão da CAT traz muitos transtornos aos trabalhadores, pois os expõem a conflitos com os empregadores.

Sebastião Geraldo de Oliveira assevera que:

A emissão da CAT não significa automaticamente que houve confissão da empresa quanto à ocorrência de acidente do trabalho, porquanto a caracterização oficial do infortúnio é feita pela Previdência Social, depois de comprovar o liame causal entre o acidente e o trabalho exercido.<sup>85</sup>

Segundo Fábio Zambaitte Ibrahim, havendo acidente do trabalho é responsabilidade da empresa emitir a CAT, no prazo de 01 (um) dia útil ou de imediato,

---

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 5 ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2009, p. 58.

<sup>84</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 22, § 2º.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 5 ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2009, p. 62.

em caso de morte. Na hipótese do não registro da CAT, o INSS acaba por conceder ao segurado o benefício comum.

Não obstante haja previsão legal da emissão da CAT por outras pessoas que não o empregador, o fato é que, em matéria de doenças ocupacionais, isto se torna muito difícil, uma vez que ao emitir uma CAT ele está reconhecendo a sua negligência em matéria de saúde do trabalho, em desrespeito às normas trabalhista.<sup>86</sup>

Ainda de acordo com o referido autor:

O NTE resolve esta questão, pois a perícia médica do INSS, considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência deste nexos técnico entre o trabalho e a incapacidade, decorrente da relação, fixada no Regulamento da Previdência Social (Lista B do Anexo II), entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade prevista na Classificação Internacional de Doenças – CID. Havendo coincidência entre a CID do segurado e a atividade econômica da empresa, de acordo com o nexos, o benefício será acidentário, haja vista a presunção relativa de acidentalidade. Caso a empresa discorde do enquadramento, poderá recorrer ao CRPS, cabendo, todavia, o encargo de provar que a incapacidade não derivou do trabalho.<sup>87</sup>

Assim, o legislador retira a possibilidade de manipulação, pelos empregadores, de dados relacionados ao acidente do trabalho e passa a ter um controle melhor e mais efetivo sobre a real situação dos ambientes laborais a que são submetidos os trabalhadores brasileiros, podendo dessa forma, elaborar campanhas e adotar medidas mais efetivas e concretas a fim de garantir o direito constitucional dos empregados de terem qualidade de vida em seus ambientes de trabalho.

---

<sup>86</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 11. ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p 572/573.

<sup>87</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 11. ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p 572/573.

## **2.4 Direitos previdenciários dos trabalhadores acidentados: aposentadoria por invalidez e reabilitação profissional**

Os direitos previdenciários dos trabalhadores estão assentados primeiramente na Constituição Federal, de 15 de outubro de 1988 que, em seus artigos 194, 201 e seguintes que estabelecem nosso sistema previdenciário. Ali, são expostos os princípios e regras gerais que regem tais direitos.

De forma mais específica, a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe a respeito do Plano de Benefícios da Previdência Social, em seu artigo 2º, estabelece princípios técnicos e regras especializadas para a concessão e manutenção dos benefícios concedidos pelo órgão previdenciário competente, que atualmente é o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Do cotejamento dos referidos artigos, extraímos os direitos previdenciários do trabalhador acometido pelo infortúnio. São eles: auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual e habilitação e reabilitação profissional.

### ***2.4.1 Aposentadoria por invalidez***

De acordo com as regras atuais, definidas pela Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, este benefício é devido àquele segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 42.

Mas nem sempre foi assim. Até a edição da lei mencionada acima, a aposentadoria por invalidez era regulada pela Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação dada pela Lei n. 5.890, de 08 de junho de 1973. Até então e de acordo com o artigo 6º desta lei, o benefício era devido ao segurado que após 12 (doze) contribuições mensais, estando ou não em gozo de auxílio-doença, fosse considerado incapaz ou insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garantisse a subsistência, sendo sua concessão vinculada a exame médico para verificação daquelas condições de incapacidade. Dispunha ainda que o segurado aposentado por invalidez que completasse 55 anos de idade estaria dispensado dos exames periódicos para verificação da invalidez.<sup>89</sup>

Assim, ao confrontarmos as legislações verificamos que os requisitos são, em sua maioria, os mesmos. Isso porque, de acordo com as regras anteriores, o segurado que contasse com mais de 55 anos de idade estava dispensado de se submeter aos exames para comprovação da incapacidade, bem como aos tratamentos e ao processo de reabilitação profissional, conforme o § 7º da lei retromencionada.

---

<sup>89</sup> BRASIL, Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. DOU de 05/09/1960, p. 12157, art. 6º, *caput* e §§ 3º e 7º: “§ 3º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação das condições estabelecidas neste artigo, mediante exame médico a cargo da previdência social, e o benefício será devido a contar do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença;

§ 7º A partir de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, o segurado aposentado ficará dispensado dos exames para fins de verificação de incapacidade e dos tratamentos e processos de reabilitação profissional.”

Outra diferença entre as legislações é a previsão da concessão deste benefício às pessoas segregadas compulsoriamente, em virtude de algumas doenças consideradas incuráveis.<sup>90</sup>

Como não poderia deixar de ser, a novel legislação, consubstanciada na Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, não trouxe tal previsão pelo fato de afrontar preceitos importantes de nossa Constituição, na medida em que o nosso ordenamento jurídico é pautado na dignidade da pessoa humana e também porque ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.<sup>91</sup>

Inovação importante da lei atual foi a previsão de inexigibilidade de carência para a concessão do auxílio-doença, bem como para o benefício em comento, sempre que o fato gerador for o acidente do trabalho ou doença profissional. Tal previsão não existia na norma passada, que previa um rol taxativo de doenças ensejadoras do direito à percepção da aposentadoria por invalidez<sup>92</sup>:

I - a concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após ingressar no sistema da previdência social for, acometido de tuberculose ativa, lepra, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia,

---

<sup>90</sup> BRASIL, Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. DOU de 05/09/1960, p. 12157, art. 6º, § 5º: “Nos casos de segregação compulsória, a aposentadoria por invalidez independerá não só de prévio auxílio-doença mas também de exame médico pela previdência social, sendo devida a contar da data da segregação.”

<sup>91</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. DOU de 05/10/1988., art. 5º, inciso LXI.

<sup>92</sup> BRASIL, Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. DOU de 05/09/1960, p. 12157, art. 64, § 2º: “Os períodos de carência serão contados a partir da data do ingresso do segurado no regime da previdência social.

§ 2º Independem de carência.”

grave ou estados avançados de Paget (osteíte deformante), bem como a de pensão por morte aos seus dependentes.

Ézio Martins Cabral Júnior afirma que, independente da situação, o benefício só será concedido “após verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médicos de sua confiança.”<sup>93</sup> Isso é o que preceitua o artigo 42, § 2º, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

O segurado fará *jus* à aposentadoria por invalidez a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, em regra. Na hipótese de o serviço médico constatar, já no primeiro exame, que existe a incapacidade total e permanente para o trabalho, então o benefício acidentário será concedido a contar do 16º dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de 30 dias, se empregado.

Já para o trabalhador avulso, empregado doméstico, contribuinte individual, especial e o facultativo, a contar da data de entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de 30 dias.<sup>94</sup>

Ao revés do auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez tem caráter permanente, de duração indeterminada. Só cessa com a recuperação da capacidade laborativa do segurado ou pela morte.

---

<sup>93</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 95.

<sup>94</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 43.



Considerando o grande avanço da medicina nas últimas décadas, o legislador impôs aos beneficiários dessa prestação previdenciária a obrigatoriedade de se submeterem, periodicamente, à exames médicos periciais, a cargo da Previdência Social, a fim de verificar se as condições que ensejaram a concessão do benefício persistem ou não. Além disso, ao segurado também é imposto, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se, a qualquer tempo e independentemente de sua idade, a processo de reabilitação profissional e tratamento dispensado gratuitamente, exceto cirurgias e transfusões de sangue, que são facultativos.<sup>95</sup>

Tal regra não existia na legislação previdenciária anterior, na medida em que o segurado aposentado que contasse com mais de 55 anos de idade era dispensado de submeter-se a exames para averiguação de incapacidade ou a tratamentos ou ainda a processo de reabilitação profissional, determinados pela Previdência Social.

Atualmente, o valor da aposentadoria corresponde a 100% do salário-de-benefício.<sup>96</sup> Antes, porém, sob a égide da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, o valor do benefício era de 70% do salário-de-benefício, mais 1% desse salário por ano completo de atividade abrangida pela previdência social, limitado até o máximo de 30%, totalizando 100%.

Naqueles casos em que a incapacidade é tal que o segurado necessite de assistência em tempo integral, será concedido um acréscimo de 25% ao valor do benefício, mesmo que este tenha atingido o máximo legal. Cabe ressaltar, que este

---

<sup>95</sup> BRASIL, Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social. DOU de 07/05/1999, p. 50, art. 46.

<sup>96</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 44.

acréscimo se extingue com a morte do segurado, de modo que ele não se incorpora ao valor da pensão por morte.<sup>97</sup> Esse benefício não era previsto no regime legal anterior.

#### *2.4.2 Reabilitação profissional*

Não se trata de um benefício previdenciário, mas sim de um serviço<sup>98</sup>. É destinado tanto ao segurado, quanto ao seu dependente e prescinde de carência. Aliás, trata-se de um serviço previdenciário que independe de contribuição, sendo extensivo a qualquer cidadão que dele necessitar, aproximando-se mais da Assistência Social do que propriamente da Previdência Social.

A finalidade deste serviço é, precipuamente, proporcionar ao beneficiário incapacitado total ou parcialmente para o trabalho, os meios para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social indicado para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.<sup>99</sup>

Segundo Ézio Martins Cabral Júnior, para que esse objetivo seja alcançado:

a lei prevê, além do fornecimento de aparelhos que possam atenuar os efeitos de deficiências físicas (próteses, órteses, etc.), a obrigatoriedade

---

<sup>97</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 45.

<sup>98</sup> Segundo o preceito contido no art. 88, § 2º, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que pode se aplicar de maneira geral aos serviços prestados pela Previdência Social, serviço é a utilização, por parte desta, de intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive mediante celebração de convênios, acordos ou contratos.

<sup>99</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 89.

de contratação, pelas empresas com mais de cem empregados, de trabalhadores reabilitados ou portadores de deficiência.<sup>100</sup>

A primeira norma a tratar desta matéria foi a Lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944 ao prever em seu artigo 90 a prestação do serviço de readaptação profissional.<sup>101</sup>

Apesar da diferença entre os nomes dos serviços, isto é, na antiga norma readaptação e na atual reabilitação, a finalidade era basicamente a mesma, ou seja, permitir que o trabalhador retorne ao mercado de trabalho na mesma ou em outra função.

Outra norma que trouxe em seu bojo o instituto da reabilitação – agora já com este nome – foi a Lei n. 5.316, de 14 de setembro de 1967, prevendo apenas que a Previdência Social deveria manter o serviço, não dispondo sobre sua organização ou funcionamento:

Art. 13. A previdência social manterá programas de prevenção de acidentes e de reabilitação profissional dos acidentados, e poderá auxiliar entidades de fins não lucrativos que desenvolvam atividades dessa natureza, bem como de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Não é o propósito deste trabalho percorrer toda a legislação sobre a matéria, mas apenas destacar os marcos mais significativos. Nessa esteira, vale mencionar a entrada em vigor da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu art. 89 previu a habilitação e a reabilitação profissional.

---

<sup>100</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 97.

<sup>101</sup> BRASIL, Decreto-lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944. Reforma a lei de acidentes do trabalho. DOU de 13/11/1944, p. 19241. Art. 90: “A readaptação profissional, que é devida a todo incapacitado do trabalho, tem por objeto restituir-lhe, no todo ou em parte a capacidade na primitiva profissão ou em outra compatível com as suas novas condições físicas.”

Vale ressaltar, ainda, que a referida norma inovou no ordenamento jurídico pátrio ao prever o aspecto social deste serviço, preocupando-se em não apenas habilitar ou reabilitar os trabalhadores, mas também em inseri-los no convívio social, reforçando o que a Constituição Federal trouxe em seu art. 203.

Hertz Jacinto Costa afirma que:

A Constituição Federal no art. 203, IV, elege a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua reintegração na vida comunitária um objetivo protegido especialmente, na Seção destinada à Assistência Social.<sup>102</sup>

Como dito anteriormente, este serviço aproxima-se mais da Assistência Social que da Previdência Social e para que seu fim precípua seja alcançado a lei prevê, além da obrigatoriedade de contratação, pelas empresas com mais de cem empregados, de trabalhadores reabilitados ou portadores de deficiência, que a dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante. Tudo isso para garantir o direito dessas pessoas de se integrarem à sociedade.

Ao final do processo de reabilitação profissional, a Previdência Social emitirá um certificado individual, indicando quais atividades o beneficiário poderá desenvolver, sem prejuízo do exercício de outras atividades para as quais o reabilitado se julgar capaz.

---

<sup>102</sup> COSTA, Hertz Jacinto. **Manual e acidente do trabalho**. 3 ed., Curitiba: Juruá, 2008, p. 191.

### 3 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

#### 3.1 Conceito

Como dito alhures, este benefício é devido àquele segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Da mesma forma que o auxílio-doença, sua concessão independe de carência sempre que tiver como causa um acidente de trabalho ou doença profissional ou do trabalho.<sup>103</sup> Caso contrário, o segurado deverá comprovar que possui a carência mínima necessária à concessão do benefício, isto é, doze contribuições mensais.

Para comprovar tal condição, qual seja, a incapacidade total e permanente para atividade que lhe garanta a subsistência, além da insuscetibilidade à reabilitação profissional, o segurado deverá submeter-se a exame médico pericial, a cargo da Previdência Social, podendo, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médicos de sua confiança.

O termo inicial deste benefício é o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Na hipótese de o serviço médico do INSS concluir pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria será devida nos moldes do art. 43 da lei de benefícios previdenciários, isto é, ao segurado empregado, a contar do

---

<sup>103</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 26, inciso II: Independe de carência a concessão das seguintes prestações: II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado.

décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias; ao empregado doméstico, avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data de entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

De acordo com Ézio Martins Cabral Júnior a aposentadoria por invalidez:

tem duração indeterminada, cessando o direito a tal benefício quando o segurado recuperar sua capacidade laboral. Daí a exigência imposta pelo art. 46, parágrafo único, do Decreto n. 3.048/99, no sentido de obrigar o segurado aposentado por invalidez, sob pena de sustação do pagamento do benefício, a se submeter, de dois em dois anos, a exames médico-periciais, com o escopo de auferir se o mesmo continua incapaz para o trabalho ou não.<sup>104</sup>

A aposentadoria por invalidez, seja a previdenciária, seja a acidentária, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário de benefício, não podendo ser inferior ao salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário de contribuição, salvo quando o aposentado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, hipótese em que será concedido a ele um acréscimo de 25%, que pode ultrapassar esse limite. Ressalte-se que este acréscimo não se incorpora ao benefício, motivo pelo qual também não é transferido ao valor da pensão por morte.

Aquele aposentado que voluntariamente voltar à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

### 3.2 Natureza jurídica

Segundo Wladimir Novaes Martinez, a aposentadoria é:

---

<sup>104</sup> CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003, p. 95/96.

benefício substituidor dos salários, de pagamento continuado, provisório ou definitivo, pouco reeditável, devido a segurado incapaz para o seu trabalho e insuscetível de reabilitação para exercício de atividade garantidora da subsistência.<sup>105</sup>

Assim, vê-se que a aposentadoria por invalidez possui natureza jurídica de prestação alimentar, na medida em que é um substitutivo do salário do segurado quando de sua incapacidade total e permanente. É este benefício previdenciário que garantirá o sustento do segurado e de sua família.

Possui, ainda, caráter provisório já que o beneficiário está obrigado, por força do art. 101 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991 c/c art. 46 do Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se, de dois em dois anos, independentemente de sua idade, a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

Caracteriza-se, ainda, por ser de prestação continuada sendo interrompida apenas em hipóteses específicas, elencadas pela legislação.

A primeira dessas previsões é o retorno do aposentado ao exercício de qualquer atividade remunerada. Nessa oportunidade, o benefício será cancelado automaticamente, a partir da data do retorno.

A outra hipótese é a recuperação da capacidade laborativa pelo aposentado, que o sujeitará a uma redução gradativa do benefício até a sua extinção.

---

<sup>105</sup> MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. São Paulo: LTr, 2013, 5 ed., p. 842.

Nesse sentido, quando a recuperação ocorrer dentro de cinco anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados. Por fim, quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período de cinco anos, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade no seu valor integral, durante 6 meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade, ou com redução de 50%, no período seguinte de 6 meses, ou ainda com redução de 75%, também por igual período de 6 meses, ao término do qual cessará definitivamente.<sup>106</sup>

### **3.3 Requisitos da aposentadoria por invalidez**

Conforme se depreende da leitura do art. 42 da Lei n. 8.213, de 24 de julho 1991, os requisitos para a concessão do referido benefício são: a comprovação da qualidade de segurado perante a Previdência Social; carência de doze meses para a aposentadoria por invalidez previdenciária, sendo que, em se tratando de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho, essa carência não é exigível; estar o segurado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, devidamente comprovada por exame médico-pericial a cargo da Previdência Social.

---

<sup>106</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 47.



Esse também é o entendimento do desembargador federal Francisco de Assis Betti ao relatar a apelação civil n. 2005.38.04.000765-4/MG:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. CARÊNCIA. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA. BENEFÍCIO INDEVIDO.

1. O auxílio-doença é benefício não-programado, decorrente da incapacidade temporária do segurado para o seu trabalho habitual. Porém, somente será devido se a incapacidade for superior a 15 (quinze) dias consecutivos.
2. Os requisitos para a concessão do benefício aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência, quando exigida; e c) a incapacidade para o trabalho.
3. Não logrou êxito a apelante em demonstrar a manutenção de sua condição de segurada, a permanência da incapacidade ou a retomada do pagamento das contribuições previdenciárias.
4. A aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 42 da Lei nº 8.213/91, é concedida ao segurado que, estando ou não em gozo do auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição. O laudo médico pericial (fls. 69/70) concluiu que a autora não é incapaz para o trabalho.<sup>107</sup>

Mas considerando tanto a ementa colacionada quanto a redação do artigo 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, podemos afirmar que o processo de reabilitação profissional é um pré-requisito para a aposentadoria por invalidez?

A questão não é pacífica, conforme se demonstrará a seguir.

### **3.4 A problemática da reabilitação profissional**

Preceitua o artigo 42 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que a aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida,

<sup>107</sup> TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL da 1ª REGIÃO. 2ª Turma. AC 2005.38.04.000765-4/MG. Ementa:[...] Relator: Francisco de Assis Betti. Minas Gerais, MG, 20 maio 09. DEJF1 de 02/07/2009.

será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

Nesse mesmo diapasão, o art. 101 da referida lei<sup>108</sup> c/c o art. 46 do Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999<sup>109</sup>, estabelecem a mesma obrigatoriedade, isto é, a de o aposentado por invalidez submeter-se a processo de reabilitação profissional, sob pena de suspensão do benefício.

Outro preceito legal que nos conduz à mesma conclusão é o conteúdo do *caput* do art. 62 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina que aquele segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para a sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.

Assim, sob um prisma puramente positivista, a reabilitação profissional apresenta-se, de forma inequívoca, como um requisito essencial à concessão da aposentadoria por invalidez.

---

<sup>108</sup> BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998, p. 08, art. 101: “O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)”

<sup>109</sup> BRASIL, Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social. DOU de 07/05/1999, p. 50, art. 46: “O segurado aposentado por invalidez está obrigado, a qualquer tempo, sem prejuízo do disposto no parágrafo único e independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.”

E da leitura dos artigos mencionados infere-se que de fato o processo de reabilitação profissional é um requisito essencial à concessão da aposentadoria por invalidez, já que a lei utiliza palavras que denotam ordem, ou seja, possuem caráter mandamental, no sentido de que esse processo deve preceder o referido benefício.

Destarte, percebe-se claramente que a intenção do legislador é tentar fazer com que o trabalhador recupere sua capacidade laborativa antes de lhe ser deferida a aposentadoria por invalidez.

Nesse sentido é a ementa do acórdão proferido nos autos da apelação civil n. 1999.38.00.022279-0/MG, que tinha como relatora a juíza federal convocada Kátia Balbino de Carvalho Ferreira:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA. - INCAPACIDADE LABORAL PARCIAL E PASSÍVEL DE REABILITAÇÃO CONSTATADA POR PERÍCIA JUDICIAL. - POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE BRAÇAL. - RESTABELECIMENTO DO AUXÍLIO DOENÇA DESDE A DATA DA SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO. - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AFASTADA - JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

2. A concessão da aposentadoria por invalidez exige, dentre os demais requisitos legais, a incapacidade total e definitiva para o trabalho (art. 42 da Lei nº 8.213/91), bem como a insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

5. O laudo pericial produzido em Juízo é conclusivo no sentido de que o mal que aflige a autora é passível de reabilitação desde que conferido tratamento médico adequado. Verificado, no ato da perícia judicial, realizada dois anos após a suspensão do benefício, a impossibilidade de retorno imediato às atividades habituais e a dificuldade de reabilitação automática da segurada a outra atividade capaz de suprir as necessidades iminentes, levando-se em conta suas condições pessoais

(baixo grau de escolaridade, idade superior a 50 anos, trabalhadora que exerceu sempre serviços braçais).<sup>110</sup>

Da mesma forma foi o acórdão proferido no processo nº 2007.43.00.901308-1 pela 1ª Turma - TO do TRF 1ª Região, cuja ementa e voto do relator, o MM Juiz Federal Ademar Aires Pimenta da Silva, colacionamos:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE TOTAL E NÃO PERMANENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A incapacidade do autor é total para qualquer atividade, inclusive as últimas desenvolvidas pelo mesmo, mas o perito destacou que apenas atualmente.

2. O fato de o autor estar sendo submetido a tratamento, a princípio, demonstra ser a sua incapacidade suscetível de reabilitação.

II - FUNDAMENTAÇÃO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO  
Conheço do recurso porque concorrem os pressupostos de admissibilidade. MÉRITO DO RECURSO CONDIÇÃO DE SEGURADO A condição de segurado e o cumprimento de carência é matéria incontroversa, sendo que a questão não foi devolvida à Turma Recursal. CAPACIDADE LABORAL A perícia judicial apontou que o autor é portador das doenças classificadas como hipertensão arterial, doença cardíaca hipertensiva e AVC memória. O recurso limita-se a impugnar o requisito da não possibilidade de reabilitação, o qual é necessário à concessão de aposentadoria por invalidez e, segundo a autarquia previdenciária, não foi atendido pela parte autora. De fato o conjunto das respostas do perito não demonstra que a incapacidade do autor seja permanente e insuscetível de reabilitação (Lei nº. 8.231/91, art. 42), isto porque consta no laudo pericial o seguinte: h) Caso haja incapacidade laborativa, ela é parcial (limita ou impede a realização de alguma atividade) ou total (impede para qualquer atividade)? Resposta: Total - atualmente. i) A incapacidade da parte autora é de natureza temporária ou permanente? Resposta: Permanente desde que a evolução permaneça a mesma. l.1) Se a parte autora pode realizar suas últimas atividades laborais? Resposta: Não - atualmente. m) Em caso de incapacidade não compensada, existe tratamento e/ou medicamento que a evite ou a elimine? Resposta: Paciente em tratamento das seqüelas clínico e fisioterápico. O laudo pericial informou que a incapacidade do autor é total para qualquer atividade, inclusive as últimas desenvolvidas

<sup>110</sup> TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL da 1ª REGIÃO. 2ª Turma. AC 1999.38.00.022279-0/MG. Ementa:[...] Relatora: Kátia Balbino de Carvalho Ferreira. Minas Gerais, MG, 05 mar. 08. DEJF1 de 10/04/2008.

pelo mesmo, mas o perito destacou que apenas atualmente. Além disso, o fato de o autor estar sendo submetido a tratamento, a princípio, demonstra ser a sua incapacidade suscetível de reabilitação. [...] Está demonstrada a incapacidade para o trabalho, de sorte que o recorrido tem direito ao benefício de auxílio-doença. No entanto, não atendidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria por invalidez, merece a sentença reforma nesse ponto.<sup>111</sup>

Assim, verifica-se que para o magistrado a reabilitação constitui num requisito para a aposentadoria por invalidez, conforme o trecho do voto destacado. Ainda nessa seara, trazemos o voto da MM Juíza Federal Cynthia de Araújo Lima Lopes, relatora do acórdão nº 2004.33.00.721136-5, da 1ª Turma – BA do TRF 1ª Região:

JUIZADOS ESPECIAIS. AUXÍLIO-DOENÇA DESDE O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A PARTIR DA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL. REQUISITOS. CONCLUSÃO DO LAUDO PERICIAL: INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE.

4. O laudo pericial às fls. 36/37, por sua vez, atesta a incapacidade total e definitiva, sendo possível constatar a incapacitação nos idos de 2000, aliada à impossibilidade de reabilitação para o desempenho de qualquer atividade profissional, na medida em que o autor é portador de transtorno neurótico (CID X: F41.9), apresentando depressão, ansiedade, irritabilidade fácil, déficit de memória e agressividade.

5. Mostra-se, pois, devida a conversão no benefício de aposentadoria por invalidez, quando demonstrado, através de perícia médico-judicial realizada em 18/06/2003, a incapacidade total e permanente do segurado, em razão de transtorno neurótico progressivo.<sup>112</sup>

Ou seja, havendo qualquer possibilidade de reabilitação do segurado, o benefício de aposentadoria por invalidez não será concedido.

<sup>111</sup> TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1ª Turma – TO. Apelação nº 2007.43.00.901308-1. Relator: Ademar Aires Pimenta da Silva. Tocantins, 01 de agosto de 2008. DJ – TO de 19.08.2008.

<sup>112</sup> TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1ª Turma – BA. Apelação nº 2004.33.00.721136-5. Relatora: Cynthia de Araújo Lima Lopes. Bahia, 28 de junho de 2004. DJ – BA de 17.07.2004.

E não obstante a lei ter-se utilizado de termos que possuem conteúdo claramente mandamental, como por exemplo, deverá ou estão obrigados, dando-nos, assim, a impressão de que a submissão ao processo de reabilitação profissional é condição indispensável ao reconhecimento do direito de percepção da aposentadoria por invalidez, é necessário lembrar que o Brasil constitui-se em estado democrático de direito e é fundamentado em princípios como os da dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho, e garante direitos sociais aos trabalhadores como saúde, trabalho, previdência social e vários outros que visam a melhoria da qualidade de vida e condição social deles.

Assim como se faz mister observar o dito anteriormente, também é necessário observar o que preconiza o art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou seja, que o operador do direito deverá atentar-se para os fins sociais a que se destina a lei, bem como às exigências do bem comum.

Por essas razões, existem aqueles que entendem que o processo de reabilitação profissional, apesar de configurar um requisito à aposentadoria por invalidez, pode ser dispensado levando-se em consideração as condições pessoais daquele que pleiteia o benefício. Senão vejamos:

PREVIDENCIÁRIO. LAUDO OFICIAL. INCAPACIDADE  
ABORATIVA PARCIAL. CONDIÇÕES PESSOAIS DA AUTORA.  
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. BENEFÍCIO DEVIDO.

1. A incapacidade parcial para o desempenho de serviços braçais aliada às condições pessoais da autora - ter trabalhado praticamente sua vida inteira em serviços dessa natureza, idade avançada, baixo nível de instrução e necessidade de tratamento médico especializado - são circunstâncias que acabam por impedir a reabilitação profissional.

VOTO.

[...] Em relação à incapacidade, sem razão o INSS. Senão vejamos. O documento de fls. 23 (chamado de laudo médico) elaborado muito singelamente pela Perita Judicial informa que a requerente possui doença que, apesar de permanente, a incapacita parcialmente para o trabalho. Como a incapacidade diz respeito apenas ao exercício de serviços braçais, quer o Recorrente considerá-la como objetivamente parcial. Entretanto, tenho que subjetivamente ela é total e definitiva. Isso porque, além da incapacidade considerada em si mesma, neste caso existem outros fatores, de ordem pessoal, que não podem ser simplesmente desconsiderados pelo julgador. Dentre eles destacam-se: a elevada idade da autora, baixo nível de instrução, necessidade de submissão a tratamento especializado de caráter paliativo etc. Tais circunstâncias extirpam ou, no mínimo, comprometem em muito as chances de a autora de competir no mercado de trabalho, que como se sabe, tem regras duras e implacáveis. Assim, é dado concluir que a incapacidade constatada - parcial - aliada às condições pessoais da autora, acabam por torná-la de certa forma total e definitiva para qualquer tipo de profissão, impedindo, inclusive, o enquadramento da Autora em programas de reabilitação profissional, o que, por sua vez, autoriza a concessão de aposentadoria por invalidez. Aliás, nesse sentido, tem decidido a jurisprudência:

PREVIDENCIÁRIO. CANCELAMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. PERÍCIA MÉDICA. PARCIAL INAPTIDÃO PARA AS ATIVIDADES LABORAIS. CONDIÇÕES PESSOAIS DO AUTOR. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONCESSÃO.

3. A idade avançada e o estado de saúde debilitado são circunstâncias que impedem o autor de competir no mercado de trabalho, tornando cabível a concessão da aposentadoria por invalidez;

4. Cumpridos os requisitos exigidos pela legislação previdenciária, a concessão da aposentadoria por invalidez ao autor se impõe, desde a data em que foi cancelado seu benefício de auxílio-doença; (trf/5ª região, 3ª turma, AC 204504, Des. Fed. Paulo Gadelha, DJ 20/03/2002, pg. 1436 - grifo nosso).<sup>113</sup>

Por esse voto, proferido pelo relator do acórdão do processo nº 2005.36.00.702233-9, da 1º Turma – MT, do TRF 1º Região, o MM Juiz Federal José Pires da Cunha, ficou clara a mitigação conferida pelo magistrado à exigência do

<sup>113</sup> TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1ª Turma – MT. Apelação nº 2005.36.00.702233-9. Relator: José Pires da Cunha. Mato Grosso, 14 de dezembro de 2005. DJ – MT de 11.01.2006.

processo de reabilitação profissional para a concessão da aposentadoria por invalidez, tendo em vista as condições pessoais da autora. De forma semelhante posicionou-se o Eg. TRF 3º da Região:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO COMPROVADOS. VALOR DO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. CUSTAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TUTELA ANTECIPADA.

[...] II - Laudo pericial concluiu que o autor, atualmente com 62 (sessenta e dois) anos de idade, portador de bronquite tabágica, com episódios eventuais de pneumonia, está parcial e permanentemente incapacitado para a atividade que desenvolve, qual seja, trabalhador rural. [...] V - A incapacidade total e permanente resulta da conjugação entre a doença que acomete o trabalhador e suas condições pessoais, de forma que, se essa associação indicar que ele não possa mais exercer a função habitual, porque a enfermidade impossibilita o seu restabelecimento, e nem receber treinamento para readaptação profissional, em função de sua baixa instrução, não há como deixar de se reconhecer a invalidez. [...].<sup>114</sup>

Diante de tudo o que foi exposto, verificamos que a reabilitação profissional é de fato um requisito para a concessão da aposentadoria por invalidez, porém pode ser dispensada considerando-se as condições pessoais da pessoa. Verificamos também que a concessão da aposentadoria por invalidez sem que o segurado tenha sido submetido ao processo de reabilitação profissional é possível, considerando as condições pessoais dos segurados, de forma a mitigar a aplicação desse requisito e torná-lo dispensável. Tudo em conformidade com princípios constitucionais como, por exemplo, a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade justa e solidária, a promoção do bem social sem qualquer distinção. Atende também aos princípios e objetivos da Previdência e da Assistência Sociais.

---

<sup>114</sup> TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. 8ª Turma – SP. AC 1103060, Processo 2006.03.99.013058-7. Relatora: Marianina Galante. São Paulo, 06 de agosto de 2007. DJU de 29.08.2007, p. 431.



Assim, não há que se falar em irregularidades ou ilegalidades, mas apenas em interpretação conforme os princípios sociais de um estado democrático de direito.

## CONCLUSÃO

Buscamos nesta pesquisa demonstrar o quão divergente é a interpretação dada à legislação pátria no que tange a matéria da reabilitação profissional, seja no âmbito administrativo seja no âmbito judicial.

Administrativamente, constatamos que o INSS entende que a reabilitação profissional é um requisito para a concessão da aposentadoria por invalidez, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Judicialmente, constatamos que o entendimento não é pacífico, mas que majoritariamente esse requisito é dispensado quando levadas em consideração as condições subjetivas dos trabalhadores.

Verificamos que o meio ambiente do trabalho – assim entendido como aquele local onde se desenvolvem as atividades laborais humanas – foi tutelado pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 225, caput, IV, VI e § 3º, de forma mediata, e no art. 200, VII, de forma imediata, e que seu desequilíbrio deflagra prejuízos à saúde dos trabalhadores – doenças, acidentes, mortes –, deflagra prejuízos aos empregadores, na medida em que estes serão obrigados a indenizar aqueles acidentados; e deflagra prejuízos ao Estado que arcará com o pagamento dos benefícios previdenciários decorrentes do desajuste do ambiente laboral.

Mecanismos como o pagamento de adicionais de insalubridade ou de periculosidade, os incentivos fiscais e tributários como, por exemplo, a diminuição das contribuições ao Seguro contra Acidentes do Trabalho – SAT, previstos na Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, são formas encontradas pela legislação de incentivar os

empregadores a protegerem seus ambientes de trabalho e de minimizar os danos causados por esse desequilíbrio do local de trabalho.

Constatamos, também, que quando esse ambiente não é adequado ao desenvolvimento da atividade humana sua consequência mais imediata é o acidente do trabalho, isto é, aquele que ocorre pelo exercício do trabalho provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução da capacidade permanente ou temporária para o trabalho.

Vimos, ainda, que a caracterização de tal evento como sendo decorrente do trabalho sofreu mudanças, na tentativa de resguardar os interesses dos trabalhadores. Até o advento da Lei n. 11.430, de 26 de dezembro de 2006 a caracterização só era feita mediante a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT. Após a referida lei, o serviço médico do INSS passou a ter competência para caracterizar o acidente como de trabalho quando constatada a ocorrência do nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e a incapacidade, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade prevista na Classificação Internacional de Doenças – CID.

O acidente do trabalho enseja uma série de direitos previdenciários ao trabalhador por ele acometido, dentre os quais foram destacados a aposentadoria por invalidez e a reabilitação profissional.

Por fim, verificamos que no rol de requisitos da aposentadoria por invalidez previstos no artigo 42 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, há a previsão da reabilitação profissional. Segundo o referido artigo para que se conceda o benefício em comento é necessário que o segurado esteja incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Da literalidade do artigo deduz-se que havendo a possibilidade de um segurado incapacitado ser reabilitado para outra função, ser-lhe-á negado o direito à percepção da aposentadoria por invalidez.

Essa conclusão é forçosa, sob um enfoque positivista, na medida em que o artigo 101 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991 c/c artigo 46 do Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999 também estabelecem a obrigatoriedade de o aposentado por invalidez submeter-se a processo de reabilitação profissional, sob pena de suspensão do benefício.

Reforçando essa tese há ainda o conteúdo do *caput* do artigo 62 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina que aquele segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para a sua atividade habitual, deverá – e aqui percebemos o cunho mandamental do termo utilizado – submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.

De certa forma é até compreensível a preocupação do legislador em conceder a maior quantidade de possibilidades de manutenção do trabalhador em atividades produtivas, já que quando da concessão de uma aposentadoria por invalidez, além de ter que desembolsar quantidades mensais em favor daquele trabalhador, o Estado perderá ainda a arrecadação sobre aquele segurado.

Porém, os fins sociais devem prevalecer sobre a literalidade das leis ou normas de forma a resguardar a dignidade da pessoa humana ou do trabalhador.

Assim, embasados e amparados tanto no entendimento acima exposto quanto nas razões colocadas nas decisões judiciais transcritas, entendemos que embora

a reabilitação profissional seja de fato um requisito para a aposentadoria por invalidez, tal pressuposto pode, e deve, ser mitigado levando-se em consideração as condições subjetivas da pessoa a ser amparada por medida protetiva tão extrema como a aposentadoria por invalidez, não havendo nenhum tipo de irregularidade ou ilegalidade naquelas concessões realizadas sem que o segurado seja submetido ao processo de reabilitação profissional.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, AGUIAR, Maria Rita Manzarra Garcia de. Nexo técnico epidemiológico. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1901, 14 set. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11729>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BECHARA, Érika. **A proteção da fauna sob a ótica constitucional**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 10 de novembro de 1937. DOU de 10/11/1937.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 24 de janeiro de 1967. DOU de 24/01/1967.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. DOU de 05/10/1988.

BRASIL, Decreto 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social. DOU de 07/05/1999, p. 50.

BRASIL, Decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934. Estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho e dá outras providências. DOU de 12/07/1934, p. 14001.

BRASIL, Decreto n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. DOU de 18/01/1919, p. 1013.

BRASIL, Decreto-lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944. Reforma a lei de acidentes do trabalho. DOU de 13/11/1944, p. 19241.

BRASIL, Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. DOU de 05/09/1960, p. 12157.

BRASIL, Lei n. 4.717, de junho de 1965. Dispõe sobre a Lei da Ação Popular. DOU de 05/07/1965, p. 6241.

BRASIL, Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU de 02/09/1981, p. 16509.

BRASIL, Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. DOU de 12/11/1990, p. 01. Retificado no DOU de 10/01/2007, p. 01.

BRASIL, Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14801.

BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU de 25/07/1991, p. 14809. Republicada em 11/04/1996, p. 5929, e 14/08/1998.

CABRAL JÚNIOR, Ézio Martins. **Acidente de trabalho e contrato a termo**. São Paulo: LTr, 2003.

CASTRO, Flávia Pimenta de. **Tendências no tratamento jurídico da saúde do trabalhador**. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/18130>. Acessado em 19/12/2016, às 15:36.

CESARIANO JR., Antônio Ferreira, **Direito Social: teoria geral do direito social, direito contratual do trabalho, direito protecionista do trabalho**. 2 ed., São Paulo: LTr, 1993.

COSTA, Hertz Jacinto. Acidentes do trabalho.. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 664, 1 maio 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6662>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

COSTA, Hertz Jacinto. **Manual e acidente do trabalho**. 3 ed., Curitiba: Juruá, 2008.

FERNANDES, Anníbal. **Os acidentes do trabalho: do sacrifício do trabalho à prevenção e à reparação: evolução legislativa, atualidade e perspectivas: lei, doutrina, jurisprudência**. 2 ed. rev. com participação de Sérgio Pardal Freudenthal. – São Paulo: LTr, 2003.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; ABELHA, Marcelo Rodrigues. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16 ed. rev., ampl. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2015.

*Franco Giampietro*, "La responsabilità per Danno all'Ambiente", Milão, Giuffrè, 1988, apud *José Afonso da Silva*, Direito ambiental constitucional.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 11. ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

MARTINEZ, MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 5 ed., São Paulo: LTr, 2013.

MELO, Raimundo Simão de. Dignidade da pessoa humana e o meio ambiente do trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**. São Paulo, v. 31, n. 117, jan./mar. 2005.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance , prescrição**. – 3 ed. – São Paulo: LTr, 2008.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 4 ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. "A defesa processual do meio ambiente do trabalho", in Revista LTr.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 5 ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo: LTr, 2009.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 5 ed., São Paulo: LTr, 2010.

PADILHA, Norma Sueli. **Do meio ambiente de trabalho equilibrado**. São Paulo: LTr, 2002.

ROCHA, Júlio César de Sá da. **Direito ambiental e meio ambiente de trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica**. São Paulo: LTr, 1997.



ROSSIT, Lilian Allodi. **O meio ambiente do trabalho no direito ambiental brasileiro.** São Paulo: LTr, 2001.

SAAD, Terezinha Lorena Pohlmann. **Acidentes do trabalho:** estudos doutrinários e pesquisas de campo: jurisprudência. 2 ed., São Paulo: LTr, 1998.

SAAD, Terezinha Lorena Pohlmann. **Responsabilidade civil da empresa nos acidentes do trabalho.** 3 ed., São Paulo: LTr, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** São Paulo: Malheiros, 39 ed., 2016.

SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional ambiental.** 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2ª Turma. HC 98675 / ES - ESPÍRITO SANTO. Ementa:[...] Relator: Eros Grau. Brasília, DF, 09 jun. 09. DJe-157 de 21/08/2009.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho.** 4 ed. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. 1ª Turma. RO nº 5309/2002. Ementa [...] Relator: Luis José de Jesus Ribeiro. Belém, PA, 17 dez. 2002.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1ª Turma – BA. Apelação nº 2004.33.00.721136-5. Relatora: Cynthia de Araújo Lima Lopes. Bahia, 28 de junho de 2004. DJ – BA de 17.07.2004.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1ª Turma – MT. Apelação nº 2005.36.00.702233-9. Relator: José Pires da Cunha. Mato Grosso, 14 de dezembro de 2005. DJ – MT de 11.01.2006.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1ª Turma – TO. Apelação nº 2007.43.00.901308-1. Relator: Ademar Aires Pimenta da Silva. Tocantins, 01 de agosto de 2008. DJ – TO de 19.08.2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 2ª Turma. AC 1999.38.00.022279-0/MG. Ementa:[...] Relatora: Kátia Balbino de Carvalho Ferreira. Minas Gerais, MG, 05 mar. 08. DEJF1 de 10/04/2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 2ª Turma. AC 2005.38.04.000765-4/MG. Ementa:[...] Relator: Francisco de Assis Betti. Minas Gerais, MG, 20 maio 09. DEJF1 de 02/07/2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ª Turma. RE 892590 AgR-segundo. Ementa: [...] Relator: ROBERTO BARROSO, julgado em 16/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-209 DIVULG 29-09-2016 PUBLIC 30-09-2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. 8ª Turma – SP. AC 1103060, Processo 2006.03.99.013058-7. Relatora: Marianina Galante. São Paulo, 06 de agosto de 2007. DJU de 29.08.2007.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. 1ª Turma. AIRR-1758/2004-044-02-40.5. Ementa:[...] Relator: Lelio Bentes Corrêa. Brasília, DF, 04 mar. 09. DEJT de 20/03/2009.